

013

ECO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA - FEAAC
CURSO DE ECONOMIA

BSFEAC

**PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
NA AMÉRICA LATINA**

330
L935p
ECO

**FORTALEZA,
JANEIRO / 1994**

Esta Monografia foi submetida à coordenação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Profº Assuérq Ferreira

(orientador)

Profº Roberto Smith

Profº Carlos Américo L. Moreira

Monografia aprovada em 7 de janeiro de 1994.

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

ANDRÉA FREIRE DE LUCENA

MONOGRAFIA SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À
OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE BACHAREL EM ECONOMIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Fortaleza-CE, Janeiro/1994.

AGRADECIMENTOS

BSFEAC

À Energia Superior denominado Deus.

À minha avô Maria Jerônima da Silva pelo incentivo, pelo amor e principalmente por acreditar e confiar na minha capacidade.

Aos meus pais, Marcos Antonio de Lucena e Valquiria Freire de Lucena pela imagem positiva e carinhosa que ambos têm da minha pessoa e pelo atenção recebida.

Aos meus parentes que de uma forma ou de outra me incentivaram e mandaram boas vibrações.

À amiga Ana Carênina de Albuquerque Ximenes por facilitar e amenizar os percalços desses cinco últimos anos.

À amiga Subhashini Arora pela confiança.

Ao recente amigo Mariano Franca pela ajuda na digitação e por fazer feliz uma pessoa que amo muito.

Aos Mestres Roberto Smith e Assuéro Ferreira por mostrar que um verdadeiro economista é sobretudo um ser humano.

Aos pseudo-acadêmicos e pseudo-intelectuais que ao acreditarem na sua superioridade mental me mostraram que a maior ignorância do ser humano é achar que sabe muito e, portanto, que os outros não sabem nada.

À Prof^ª Maria Cristina Pereira de Melo pela sua simplicidade e, ao Prof^º Carlos Américo L. Moreira pela sua participação na minha banca examinadora.

À Coordenadora e Prof^ª Sandra Maria dos Santos pela

dedicação aos formandos e pela sua alegria natural e, ao Profº Aécio de Oliveira pela sua preocupação com a formação profissional dos novos economistas.

Aos demais colegas do Curso, que de uma forma ou de outra participaram comigo da mesma história.

" TUDO É NECESSÁRIO PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ALMA.
QUEM COMPREENDEU ESSA VERDADE,
COMPREENDEU O PRÓPRIO CERNE DO
GRANDE MISTÉRIO".

(PITÁGORAS)

SUMÁRIO

BCEE AC

INTRODUÇÃO.....	01
I. A CONJUNTURA ECONÔMICA MUNDIAL.....	07
1- A ECONOMIA MUNDIAL NO PÓS-II GUERRA	
1.1- A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA.....	07
1.2- A CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA..	12
1.3- A DÉCADA DE 80.....	17
2- A ECONOMIA MUNDIAL ATUAL	
2.1- DA CRISE À INTEGRAÇÃO.....	19
2.2- FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS.....	22
3- A AMÉRICA LATINA E A ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL.....	28
II. HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA	
1- A CRIAÇÃO DA ALALC.....	31
1.1- ANTECEDENTES DA ALALC.....	31
1.2- ALALC (DIRETRIZES BÁSICAS).....	36
1.3- ALALC NA PRÁTICA.....	42
2- DA ALALC À ALADI.....	50
2.1- DESEMPENHO DA ALADI.....	53
III. O MERCOSUL.....	60
1- MERCOSUL - DIRETRIZES BÁSICAS.....	60
2- O CRONOGRAMA DE LAS LEÑAS.....	65
3- MERCOSUL : ILUSÃO OU REALIDADE.....	71
IV. BIBLIOGRAFIA.....	75
V. ANEXO	

INTRODUÇÃO

Tem-se tornado cada vez mais intenso o debate sobre a nova ordem mundial, tanto no meio acadêmico, com palestras e discussões teóricas, como nos veículos de comunicação, com a publicação de livros especializados, revistas e artigos em jornais. Neste contexto, a formação de blocos econômicos tornou-se prática nas relações internacionais.

Não se pode referenciar o presente sem mencionar o passado. A conjuntura econômica mundial é fruto de um processo que vem se consolidando desde o período do Pós-Segunda Guerra Mundial. Foi neste período que os projetos integracionistas começaram a ser pauta nas reuniões da comunidade internacional.

A América Latina não ficou à margem destes debates. Ao contrário, mesmo antes de terminar a década de 50 já se tornava evidente a intenção de formar uma zona de livre comércio. De lá para cá são quase 40 anos, e mesmo assim a América Latina continua sem um processo eficaz de integração.

Não cabe aqui, ainda, especificar por quais razões a integração da América Latina, com a ALALC (Associação Latino - Americana de Livre Comércio) e com a ALADI (Associação Latino - Americana de Integração), não passou de tentativas frustradas. Mas sim, atentar para a relevância de um tema que para muitos não

passa de uma panacéia encantada. Num momento em que cientistas, políticos e outros sonham com a integração regional, é necessário trabalhar na tentativa de não tornar o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em mais um projeto teórico sem aplicação.

E, então, o que é integração ?

Se fizermos esta pergunta a um leigo, ele poderia responder que é a transformação de unidades separadas em um sistema compatível.

Mas, para Karl Deutsch¹ o conceito é mais complexo:

"INTEGRAÇÃO, portanto, é um relacionamento entre unidades, no qual elas são mutuamente interdependentes e em conjunto produzem propriedades de sistema que isoladamente não teriam. Algumas vezes, contudo, a palavra "integração" é também usada para descrever o processo integrativo através do qual se obtém esse relacionamento - ou estado de coisas - entre partes previamente separadas."

A interdependência entre as unidades significa, na verdade, que há probabilidades de que qualquer acontecimento que cause uma mudança em uma das partes afete outras partes do todo.

Existe, também, um processo integrativo. É como se a integração fosse acontecendo a níveis distintos, gradativos e sucessivos.

Assim, esse conceito de processo integrativo também se

¹DEUTSCH, Karl Wolfgang - Análise das Relações Internacionais, trad. de Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

aplica à integração econômica. Esta ocorre em distintos níveis. Descrever-se-á agora do mais simples grau de integração econômica ao mais complexo.

A primeira etapa de integração seria a formação da **zona preferencial de comércio**, que é nada mais nada menos que o apoio e proveito do comércio entre países-membros. Nesta etapa é adotada, comumente, a eliminação das tarifas alfandegárias.

Na segunda etapa, tem-se a **zona de livre comércio**, que é o acordo entre vários países, em que são extintas todas e quaisquer cotas e encargos de importação e subsídios da exportação. Os países-membros, contudo, determinam as formas de comércio com as demais nações. A ALALC foi o exemplo concreto deste tipo de integração, em que cada país continuou com sua autonomia comercial, tarifária e financeira em relação aos países de fora da zona.

Na terceira etapa, tem-se a **união aduaneira**. Neste caso, há a eliminação das tarifas alfandegárias, como nos casos anteriores, mas existe também a perfilhação de uma tarifa externa geral para os países que não compartilham da união.

Depois, vem a **comunidade econômica**, cujo exemplo maior é a Comunidade Econômica Européia. Neste caso, tem-se uma compatibilização das políticas econômicas entre os países que participam da integração.

E, por fim, há a **integração plena**, em que além do equilíbrio macroeconômico das políticas adotadas, tem-se uma integração de instituições, objetivos, projetos e soberania. É

como se existisse, neste caso, uma grande nação, sem barreiras econômicas, políticas e sociais.

Depois, de todos esses conceitos, pode-se chegar a uma definição coerente de integração econômica. Para Alfredo da Mota Menezes² ela é:

" Feita por um grupo de países que deseja aumentar sua eficiência econômica, melhorar o nível de vida dos povos integrados com a criação de uma zona onde até mesmo capital e trabalho possam circular livremente e serem, quando necessário, empregados em setores mais produtivos. Os membros da integração econômica desejam fazer tudo isso sem graves problemas em suas economias domésticas, tipo inflação e desemprego. E buscam ainda o equilíbrio em suas balanças de pagamento. Essa integração também deve abrir mão de alguns controles econômicos internos em favor de uma autoridade supranacional".

A Comissão Econômica Para a América Latina - CEPAL, foi o órgão que mais lutou para viabilizar a integração econômica latino-americana. Durante as décadas de 60 e 70 a integração regional era considerada como um instrumento imprescindível para o desenvolvimento econômico da América Latina. A integração econômica traria, segundo os seus defensores, um aumento do comércio regional e, com isso, um estímulo para o crescimento industrial. Isto, por sua vez, geraria uma especialização na produção que possibilitaria economias de escala, baseadas numa

²MENEZES, Alfredo da Mota - Do Sonho à Realidade: A Integração Econômica Latino-Americana, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1990, pág. 240.

maior eficiência e produtividade, sendo todos esses benefícios econômicos transferidos para a sociedade por meio de uma melhoria na função bem-estar social.

Na prática, no entanto, por diversos fatores, as experiências de integração latino-americana não foram bem sucedidas.

Além de ser um tema atual, por dizer respeito a nova ordem internacional, a integração regional é um tema que semeia alguns equívocos e erros de aplicação. São esse impasses teóricos e metodológicos que tornam o tema merecedor de atenção e aprofundamento.

Hoje, a integração regional é vista como peça complementar nas políticas de abertura das economias latino-americanas. E mais, a integração possibilita o encaminhamento das mudanças estruturais tão necessárias para aumentar a competitividade do parque industrial latino-americano, bem como, o aumento do poder de barganha dos países periféricos junto aos megablocos regionais (Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Comunidade Econômica Européia (CEE) e o megabloco encabeçado pelo Japão).

Este trabalho analisa as tentativas de integração econômica latino-americana, partindo do Segundo pós-Guerra, bem como a influência do contexto internacional nas decisões latino-americana de integração. Tenta-se, também, verificar quais as falhas existentes nos processos de integração econômica anteriores, demonstrando a ligação que há entre integração

regional e crise econômica.

No primeiro capítulo situar-se-á, de forma breve, a conjuntura econômica mundial desde o II pós-Guerra até o momento atual, dando ênfase para a situação da América Latina no contexto internacional.

No segundo capítulo, abordar-se-á o histórico de integração na América Latina, mostrando a ALALC e a ALADI como tentativas de integração. Ter-se-á, também, uma descrição dos erros e acertos ocorridos nestas tentativas.

O capítulo III expõe o momento atual, isto é, o MERCOSUL. Como perspectiva de integração, descrever-se-á tanto suas diretrizes básicas como tentar-se-á abrir uma discussão teórica sobre a possibilidade de sua aplicabilidade no momento presente.

CAPÍTULO I

A CONJUNTURA ECONÔMICA MUNDIAL

Depois da II Guerra Mundial se pôde observar, no cenário internacional, a elaboração de projetos integracionistas. No entanto, os processos de integração atualmente em vigor no mundo fazem parte da crise econômica que caracterizou os anos 70 e prolonga-se até hoje. A crise é responsável pela transformação estrutural do mundo e pelo aparecimento dos blocos econômicos. É nesta ótica que torna-se essencial a análise histórica e econômica do período 1945-1967, dito como período da hegemonia norte-americana, caracterizado entre outras coisas pela Guerra Fria, até o pós-1967 que é o período da chamada crise de transição, terminando pela década de 80, em que há uma predominância de uma incontornável recessão com inflação, ou seja, a conhecida estagflação.

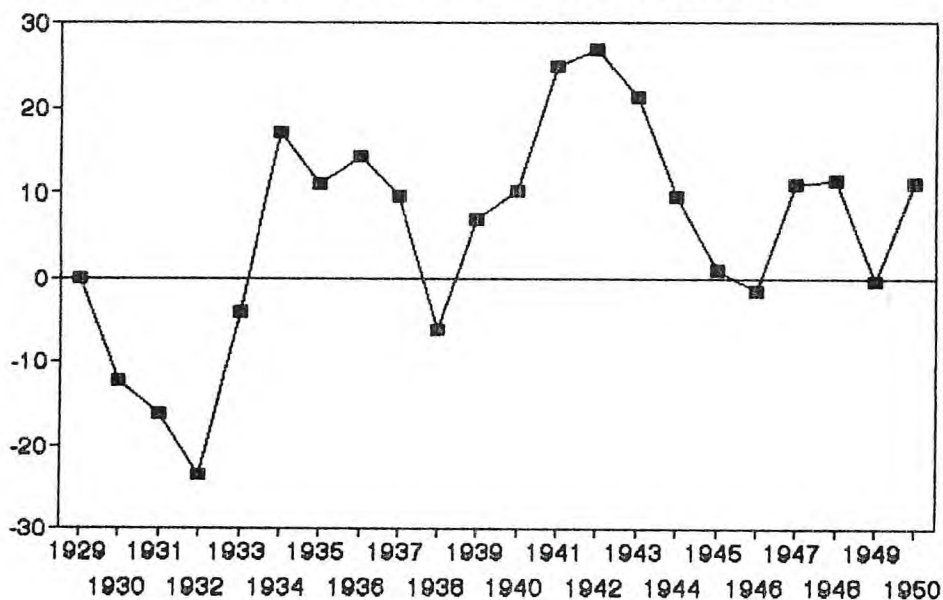
1 - A ECONOMIA MUNDIAL NO PÓS-II GUERRA

1.1 - A HEGEMONIA NORTE - AMERICANA

A Segunda Guerra Mundial foi um momento histórico que teve fundamental importância na formação da atual ordem econômica mundial, se é que se pode falar em uma ordem econômica no presente. O fato é que do imediato Pós-II Guerra até aproximadamente 1970, assiste-se a um período de extrema expansão das economias capitalistas. Tem-se a confirmação dos Estados Unidos como grande potência hegemônica e imperialista.

Vários fatores explicam a hegemonia norte-americana. Em primeiro lugar, os Estados Unidos Pós-Grande Depressão de 1930, vinham trabalhando com um certo nível de capacidade ociosa na indústria. A eclosão da guerra permitiu que os norte-americanos se recuperassem do desgaste econômico ocorrido. Para comprovar esta afirmação basta observar a taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto norte-americano de 1929-1950. O gráfico 1 mostra que no pós-1929, o PNB é decrescente até 1933, após este período ele sofre diversas oscilações até o começo da guerra, no pós-II Guerra o PNB só sofre dois decréscimos, um em 1946 e o outro em 1949. Entre 1939 e 1947 a produção industrial cresceu 70%³.

GRÁFICO 1
Taxa de Cresc. do PNB Norte Americano



³MICHELENA, José Agustín Silva - Crise no Sistema Mundial : Política e Blocos de Poder, trad. de José Maia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pág. 51.

Além da preponderância mundial que os Estados Unidos já vinham ocupando antes da Segunda Guerra Mundial, cabe ressaltar que do ponto de vista geopolítico sua posição geográfica era privilegiada. Ou seja, o fato dos EUA não estarem situados fisicamente dentro da zona de combate, fez com que suas perdas fossem bem menores⁴.

O capital financeiro acompanhou, de certa forma, esse crescimento e praticamente todos os setores econômicos norte-americano sofreram alterações positivas. Por exemplo, os lucros líquidos das sociedades anônimas privadas aumentaram de 8,4 bilhões de dólares em 1929, para 12,5 bilhões de dólares em 1946, sendo que em 1948 esse lucro líquido chegou aos 20 bilhões de dólares⁵.

O crescimento econômico americano trouxe uma renovação do seu próprio parque industrial, sendo esta modernização reforçada e incentivada pelos setores industriais mais desenvolvidos e apoiada pelo governo. Assim, o setor empresarial investiu pesadamente no desenvolvimento das indústrias já existentes, tanto com troca de equipamentos obsoletos como na ampliação de zonas de produção⁶.

A hegemonia econômica norte-americana era perfeitamente enxergada pela sua elite econômica. A partir de 1945, os EUA

⁴MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 51.

⁵MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 51.

⁶MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 51.

consolidam sua hegemonia. O problema então passou a ser, como iriam os americanos sustentar essa hegemonia. A grande concentração de capitais que houve durante a guerra, fez com que os americanos tivessem outros anseios, como por exemplo, expandir e controlar um número cada vez maior de mercados. Além disso, é necessário lembrar, que a "ameaça comunista" era um problema estratégico para os americanos. Isto tornava ainda mais vital a participação efetiva norte-americana na tentativa de consolidar-se como potência hegemônica frente ao mundo.

Para exercer seu papel hegemônico no mundo, o governo norte-americano começou a tomar algumas atitudes concretas. Primeiro, elaborou a Lei de Empréstimos e Arrendamentos (1941), pelo qual as nações aliadas tornavam-se devedoras dos Estados Unidos. A Grã-Bretanha foi a principal devedora, só em 1945 recebeu 69% dos 48 bilhões de dólares destinados à ajuda⁷ .

Em 1943 foi criada a UNRRA, que foi a primeira organização internacional de ajuda aos povos libertados da guerra. Os Estados Unidos deram a maior parte das contribuições. Com o surgimento da Guerra Fria, a importância política da ajuda econômica e militar aumentou. Criou-se, assim, o Plano Marshall (1947), que foi o programa de reconstrução dos países destruídos pela Segunda Grande Guerra. Financiado pelos Estados Unidos, este Plano marcou a divisão do mundo em dois blocos, o capitalista e o socialista. De fato, o Plano Marshall foi a ajuda essencial para

⁷MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 53.

revitalizar as economias européia e japonesa e conter o bloco socialista⁸.

Vale ressaltar que os EUA tornaram-se neste período o principal investidor de recursos financeiros, via empréstimos, no mundo. Antes de tudo, vale observar, o volume das inversões norte-americanas no mundo passou de 13,7 bilhões de dólares em 1945 para 60,8 bilhões em 1965. Isto demonstra que em 1965 os Estados Unidos tinham mais capital no estrangeiro do que todos os demais países do mundo somados⁹.

A expansão industrial americana, por outro lado, trouxe também uma necessidade crescente de matéria-primas. É aí que entra o Terceiro Mundo como fornecedor potencial de matéria-primas. A própria divisão internacional do trabalho da época fortalecia o papel subsidiário dos países subdesenvolvidos.

Outra forma de tentar alastrar pelo mundo seu poderio político e econômico foi a criação de organismos internacionais, como forma de remediar possíveis problemas externos. Órgãos como GATT, FMI, BIRD e ONU desempenharam muito bem essa atribuição que lhes foi conferida. Contudo, seria uma visão equivocada afirmar que as políticas de ajuda externa foram marcadas somente por implícitos interesses políticos e militares. Ao contrário, essa ajuda externa também foi "o resultado das necessidades

⁸MICHELENA, José Agustín Silva, op. cit., pág. 53.

⁹MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 55.

econômicas inerentes ao capitalismo americano ¹⁰.

Assim, no imediato pós-II Guerra, tem-se a consolidação dos EUA como potência hegemônica e, na economia mundial, por meio de uma influência e predominância indiscutível no comércio internacional e supremacia nos investimentos externos. O controle dos recursos estratégicos também foi fonte de consolidação do poder norte-americano. O controle americano das finanças internacionais pode ser observado por meio do número de agências bancárias americanas pelo mundo todo nesse período. Desse modo, em qualquer parte do mundo que os EUA tivessem interesse econômico, logo abria-se uma agência bancária subsidiária. O dólar tornou-se então, praticamente, a moeda mundial e, todos os países que de uma forma ou de outra participavam do comércio exterior, tinham suas reservas em dólares¹¹.

Por mais de 20 anos, nesse contexto internacional, a confiabilidade no dólar americano ficou inalterada mesmo que os déficits da balança de pagamentos dos EUA continuassem caminhando crescentemente¹².

1.2 - A CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Os Estados Unidos passaram um bom tempo, mais de 20 anos, navegando em águas cristalinas e calmas. No final dos anos

¹⁰ MANDEL, Ernest - Europa vs. America, Nova York e Londres, Monthly Review Press, 1970, Apud MICHELENA, José Agustín Silva, op. cit., pág. 53.

¹¹ MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 58.

¹² MICHELENA, José Agustín Silva - op. cit., pág. 58.

60, no entanto, a crise do dólar fez o governo norte-americano desvalorizá-lo duas vezes em pouco mais de um ano. É certo que em 1949-50 e 1957-58 houve problemas com uma possível recessão. Contudo, pode-se dizer que foi apenas um ensaio de problema econômico, o pior ainda estava por vir. A crise do dólar e sua desvalorização pode-se dizer que foi o primeiro golpe real na hegemonia norte-americana. Apesar do Japão e da Alemanha adotarem algumas medidas para tentar manter o dólar valorizado via revalorização desta moeda, o certo é que no começo dos anos 70, já era possível vislumbrar a decadência do poderio norte-americano que atingiu primeiro o sistema monetário internacional.

Segundo Luis Maira¹³, a crise da hegemonia norte-americana era visível em três pontos:

a) na queda da capacidade industrial, e por meio desta, da competitividade de seus produtos manufaturados frente a países como Japão e Alemanha;

b) predomínio da União Soviética na corrida armamentista; e

c) retrocesso da auto-produção de recursos estratégicos.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia mundial era assegurada e realizada por meio de uma competição estratégica

¹³MAIRA, Luis - " A crise da hegemonia internacional dos Estados Unidos e seu impacto para a América Latina", trad. de Maria Christina Guido, em PLASTINO, Carlos Alberto e BOUZAS, Roberto, orgs., **A América Latina e a Crise Internacional**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, pág. 18.

e ideológica. Os Estados Unidos, a grande potência capitalista, sustentou a ideologia do capitalismo, como se o grande problema mundial fosse o impasse capitalismo x socialismo, por um bom tempo. Para manter-se na frente, as estratégias político-militares eram as mais usadas para garantir a supremacia americana.

No entanto, houve nas últimas décadas, uma visível preeminência da competição econômica e tecnológica que substituiu a competição estratégica e ideológica, principalmente com o fim da Guerra Fria. Assim, a hegemonia mundial passou a ser assegurada pelo tripé COMPETITIVIDADE, PRODUTIVIDADE e AVANÇO TECNOLÓGICO¹⁴. O Japão e alguns países da Europa partiram na frente desta corrida. Pois, enquanto os EUA se preocupavam com o seu poderio militar e, por isso, investia boa parte de seus recursos na pesquisa tecnológica da indústria bélica, o Japão, em especial, e a Alemanha investiam e desenvolviam novas tecnologias para vários setores produtivos dos respectivos países e, assim, tornaram-se mais produtivos e mais competitivos. Por exemplo, enquanto o Japão investia 1% do seu PNB na sua atividade militar e nenhum país europeu ultrapassava os 2%, os EUA investiam 9% do seu PNB no orçamento militar. Vale ainda ressaltar que devido ao acordo assinado pelo Japão e Alemanha com o fim da Segunda Guerra Mundial, esses países estavam impossibilitados de produzir

¹⁴LAMPREIA, Luiz Felipe - A política externa brasileira e o cenário internacional pós-Guerra Fria, Conferência do Secretário-Geral e Embaixador na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 15 de março de 1993, pág. 15.

material bélico. O setor industrial norte-americano, particularmente o automobilístico, entra em crise devido a esse declínio da capacidade de inovação tecnológica. Há um retrocesso da competitividade dos produtos manufaturados norte-americanos em relação aos seus parceiros capitalistas (Japão e Alemanha), os EUA começavam a perder mercados externos¹⁵.

Com esse retrocesso no setor industrial, os norte-americanos passaram a investir parcelas cada vez maiores do seu PNB em pesquisa e desenvolvimento para terem condições de competir com o setor industrial das economias emergentes. No entanto, essa verba anteriormente destinada à indústria bélica, fez com que cada vez mais o potencial armamentista norte-americano perdesse campo para União Soviética. Por exemplo, na década de 70, a URSS havia dedicado 15% do seu PNB ao orçamento militar, enquanto que os EUA diminuíram, ou seja, dos 9% do PNB que investiam, em 1969, no auge do conflito no Sudeste Asiático, para 5% do PNB já no fim da administração Carter. Assim, a URSS poderia em breve, pelo menos era o que imaginavam os estrategistas norte-americanos, tornar-se a grande potência no controle militar¹⁶.

Por outro lado, o aumento da produtividade norte-americana esbarrava na quantidade cada vez mais necessária de recursos estratégicos. Há muito tempo os EUA tinham deixado de

¹⁵MAIRA, Luis - op. cit., pág. 18-24.

¹⁶MAIRA, Luis - op. cit., pág. 22.

ser um país auto-sustentado em recursos estratégicos¹⁷. Sua vulnerabilidade neste ponto foi demonstrado com sua reação frente a alta do preço do petróleo em 1973. A crise decorrente veio demonstrar a dependência deste país em relação a de certas matéria-primas.

Uma das graves consequências da existência de uma economia mundial sem pólo hegemônico foi a desestruturação da ordem vigente no pós-guerra. Também, a crise da economia mundial desequilibrou o sistema financeiro por intermédio da crise do dólar. Era nesse ponto que os EUA mais se preocupavam e, por isso, tentavam a todo custo retomar o controle financeiro já então perdido. Para isso, tentou realizar a chamada diplomacia do dólar forte. Esta tentativa de manter o dólar como padrão internacional, bem como manter e restaurar a hegemonia da moeda, fez com que a economia entrasse numa profunda recessão¹⁸.

Assim, os EUA adotaram uma política monetária austera e forçaram uma supervalorização do dólar. Na prática, devido a essa política, os EUA retomaram o controle do sistema bancário privado internacional¹⁹.

Os EUA, contudo, apresentavam um déficit fiscal decorrente da própria política financeira adotada. O componente financeiro do déficit fiscal era ascendente devido a rolagem de

¹⁷ MAIRA, Luis - op. cit., pág. 26.

¹⁸ TAVARES, Maria da Conceição - A retomada da hegemonia norte-americana, IEI/UFRJ, texto para discussão nº 63, 1988, pág.2.

¹⁹ TAVARES, Maria da Conceição - op. cit., pág. 4.

sua dívida pública. Esta dívida foi o instrumento que os EUA adotaram para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e, desse jeito, canalizar o movimento do capital bancário japonês e europeu para o mercado monetário norte-americano²⁰.

Desta forma, grande parte dos países desenvolvidos do mundo estavam, até 1980, alinhados com os EUA, seja na sua política cambial, política de taxa de juros, política monetária e política fiscal²¹.

Neste contexto, todos os países foram empurrados à prática de políticas monetárias e fiscais restritivas e superávits comerciais crescentes²².

Enfim, mesmo que os EUA, com o fim da prosperidade Pós-II Guerra, tenham, tanto nos anos 60 como nos anos 70, perdido sua predominância no setor industrial, fica claro que, com muito custo para o mundo, sua política da diplomacia do dólar forte conseguiu manter este país ainda no domínio monetário e financeiro do mundo.

1.3 - A DÉCADA DE 80

A década de 80 foi a consolidação destas duas etapas anteriormente citadas e, por isso, ela passou a ser vista como momento vital para ter-se uma perspectiva para os próximos anos.

²⁰TAVARES, Maria da Conceição - op. cit., pág.4

²¹TAVARES, Maria da Conceição - op. cit., pág.5.

²²TAVARES, Maria da Conceição - op. cit., pág. 5.

A crise da hegemonia norte-americana começou em 1967 e foi marcada por duas recessões quase que consecutivas. A primeira, entre 1968-69 e a segunda depois do primeiro choque do petróleo, isto é 1973-75. No entanto, foi a depressão econômica iniciada depois do segundo choque do petróleo que eclodiu a inflação aliada a recessão, a qual os economistas denominaram estagflação²³.

Segundo Theotônio dos Santos, a recuperação econômica mundial pós-1983 ocorreu basicamente devido ao aumento da demanda dos EUA, baseada no crescimento do déficit fiscal norte-americano. O aumento da demanda dos EUA trouxe uma recuperação para as economias japonesa e européia, que passaram a exportar seus produtos manufaturados numa proporção cada vez maior para os Estados Unidos, gerando, assim, grandes déficits cambiais para este país. Isto resultava em superávits comerciais que foram convertidos em dólares para o Japão e Alemanha. No intervalo de 1982 à 1988, as taxas de juros internacionais de empréstimos foram mantidas elevadas para financiar o déficit público dos EUA, que absorvia, desse jeito, os dólares captados pelo Japão e Alemanha. Assim, os norte-americanos conseguiam aumentar seu mercado interno e sua renda nacional, por meio de um déficit fiscal crescente sem gerar inflação. Este fato só era possível devido a transferência do déficit interno americano para as economias exportadoras do Japão e Europa. Na mesma proporção, os

²³ SANTOS, Theotônio dos - Globalização e Regionalização na Economia Mundial, Indicadores Econômicos FEE, vol. 21, nº 1, maio/1998, pág. 78.

EUA conseguiram conservar o poder do dólar, principalmente, devido a cobertura dos seus déficits comercial e fiscal pela entrada maciça de dinheiro para comprar os títulos de sua dívida pública²⁴.

Por fim, vale fazer um breve comentário sobre o papel do terceiro mundo neste processo. A alta taxa de juros fez com que o montante que estes países deveriam pagar pelos juros de suas dívidas externas aumentasse abruptamente. Com isso, estes países ficaram inaptos para efetuar esses pagamentos. Para tentar saldar suas dívidas, eles contraíam mais empréstimos, o que foi gerando um círculo vicioso e crescente. Quando os países credores se negaram a continuar refinanciando a dívida destes países, o único mecanismo ainda viável para evitar a quebra dos compromissos externos foi a formação constante de superávits comerciais, já que assim esses excedentes podiam ser convertidos em pagamento do serviço da dívida externa desses países. Esses superávits só ocorriam devido a ingrata supressão da demanda dos países devedores (digam-se de passagem, as ingratas políticas de ajuste ortodoxas dirigidas pelo FMI)²⁵.

2 - A ECONOMIA MUNDIAL ATUAL

2.1 - DA CRISE À INTEGRAÇÃO

Na segunda metade dos anos 80, o falso sete utilizado pelos Estados Unidos para tentar retomar sua hegemonia econômica

²⁴ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 78.

²⁵ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 79.

foi por terra. Já em outubro de 1987, o crash das bolsas de ações e do mercado financeiro internacional fez desaparecer em um único dia a quantia de 1 trilhão de dólares da economia mundial. Este acontecimento comprovava a nova fase depressiva na economia mundial. Boa parte dos países tentavam resistir ao ajuste de contas com o mercado e buscou-se, de qualquer maneira, evitar a recessão que veio, por fim, em 1990.

Mas não é só a crise econômica mundial, agravada com o fim da perda da hegemonia norte-americana, que caracterizava o final da ordem Pós-II Guerra. As próprias transformações nos países "socialistas" e a formação, ainda na década de 50, da Comunidade Econômica Européia servem, também, como parâmetro para a formação atual da ordem econômica, já que a CEE foi o primeiro exemplo concreto de tentativa de uma integração comercial, monetária e financeira. Além disso, vale ressaltar a presença do processo integrativo que se processava no Leste Europeu encabeçado pela União Soviética, ou seja, a presença do COMECON.

Outro fato digno de descrição é o processo de globalização na economia do Pós-II Guerra. Até 1945, os processos de produção eram essencialmente locais ou nacionais, visando, contudo, a importação eventual de matérias-primas do exterior. Depois da Segunda Guerra Mundial, a sociedade mundial assistiu a formação de um processo de integração dos sistemas produtivos no mundo. As empresas multinacionais articularam um sistema complexo de produção nos diferentes pontos do globo realizando, assim, um grande movimento de capital a nível

internacional e expandindo, também, os serviços e o mercado de capitais e financeiro²⁶.

Se, por um lado, na Europa, o Mercado Comum Europeu tentava se articular comercialmente e, depois, industrialmente, caminhando, assim, para uma integração regional, por outro, o Japão articulava a economia asiática em torno de exportações para os Estados Unidos²⁷.

A fase de expansão da economia mundial foi acompanhada por um processo de integração, tanto dos países industrializados, em busca constante de matéria-primas nos países em desenvolvimento, como na própria expansão de indústrias multinacionais em todos os continentes.

Esses processos, no entanto, foram limitados na década de 80. As tentativas de integração regional foram paralizadas com o início da crise econômica em 1967 (em que prevaleceu a recessão sobre o crescimento econômico) e sua perpetuação por 15 anos²⁸.

A recuperação da crise econômica aconteceu em 1983 e se estendeu até 1987. Essa recuperação incorporou as tecnologias que estavam sendo desenvolvidas, no período anterior, com a finalidade de reestruturar a economia mundial em bases mais sólidas. A luta pela competitividade assume, de fato, um papel fundamental na nova ordem econômica mundial. As empresas que

²⁶ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 85.

²⁷ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 85.

²⁸ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 86.

buscavam operar em escala mundial trataram de criar novas formas de cooperação tecno-científicas, assim, novas fusões entre empresas foram feitas²⁹.

A reestruturação econômica mundial aconteceu de forma que tornou-se imprescindível a incorporação constante de novas tecnologias, para assim auferir-se ganhos constantes de produtividade. O aumento da produção traz uma necessidade de ampliação de mercados. Esta ampliação era injusta para os países com tecnologias obsoletas, pois os produtos que vinham dos países avançados tecnologicamente, além de serem de uma superior qualidade, ainda tinham preços mais baixos, já que o custo era menor. Começou-se uma corrida contra o tempo³⁰.

A proteção comercial, como forma de desencadear um processo de resguarda, estava descartada, pois as rodadas do Acordo Geral de Comércio e Tarifa (GATT), caminhavam para a total globalização econômica e qualquer protecionismo comercial seria mal visto pela comunidade internacional³¹.

2.2 - FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

Segundo Theotônio dos Santos³².

* Os processos de integração visam não somente à

²⁹ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 86.

³⁰ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 87.

³¹ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 87.

³² SANTOS, Theotônio dos - Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1993, pág. 43.

defesa dos interesses empresariais das zonas envolvidas, mas também incluem uma visão ofensiva. Trata-se de favorecer a concentração e centralização econômica dentro de novos padrões tecnológicos capazes de garantir o aumento de produtividade, o rebaixamento de custos e, portanto, a competitividade dos produtos regionais no mercado mundial".

E completa³³.

" É por isso que o processo de integração, hoje em dia, se vê acompanhado de audazes medidas de cooperação tecno-científicas, que buscam aumentar o poder das empresas locais. Há, inclusive, um estímulo crescente à colaboração entre empresas, procurando definir um campo de pesquisa comum às distintas concorrente. Essas propostas dirigidas pelos governos às empresas são, na verdade, uma tentativa de aumentar a cooperação entre as corporações multilaterais".

É com base nestes esclarecimentos de Theotônio dos Santos que centramos nossa visão de como a nova ordem internacional tem sido implantada. Esta encontra-se manifestada na consolidação da unificação européia, no fortalecimento do Japão e "tigres" asiáticos e na formação do NAFTA.

Segundo Celso Lafer, a ordem econômica pode ser entendida como um "padrão previsível de relações"³⁴.

³³ SANTOS, Theotônio dos - op. cit., pág. 43.

³⁴ LAFER, Celso - Paradoxos e Possibilidades: Estudos sobre A Nova Ordem Mundial e sobre A Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação, Rio de

Assim, a integração econômica é uma tentativa de previsibilidade do comportamento da economia mundial. Se no pós-1945, teve-se uma ordem centrada em torno de uma potência hegemônica controladora preferencial do comércio e política mundial, tem-se na década de 90 a formação de zonas concentradoras de poder, em que cada uma tenta auferir maior ganho via competitividade, não tão justa para os países subdesenvolvidos.

De um lado, a criação da Comunidade Econômica Européia, no dia 25 de março de 1957, marcou uma nova fase na tentativa de cooperação internacional. Os seis países que assinaram o Tratado de Roma foram: Itália, França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O objetivo principal do Tratado e da integração econômica, por meio da CEE, era a criação de uma Liga Aduaneira, e com a integração das economias dos países membros, levar a uma integração política. A consolidação da Liga Aduaneira eliminaria todas as barreiras tarifárias para produtos manufaturados, entre os membros da CEE, e estabeleceria uma tarifa única para todo o resto do mundo. A implantação da Liga Aduaneira seria gradual. A criação da CEE se deu com a aprovação do GATT³⁵.

O Tratado de Roma definiu, entre outros, os seguintes pontos de atuação da Comunidade: eliminação de tarifas aduaneiras

Janeiro, Nova Fronteira, 1982, pág.98.

³⁵ OLIVEIRA FILHO, Gesner José de - Aspectos do Comércio Mundial no Pós-Guerra e o Papel do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE) INPES/IPEA, Série Fac-Símile nº 19, Rio de Janeiro, 1985, pág. 47 - 50.

e barreiras não tarifárias ao comércio entre os países membros; criação de uma tarifa e de uma política comercial comuns para terceiros países; livre circulação de pessoas, empresas, serviços e capitais; políticas comuns para agricultura, transporte e concorrência³⁶.

A CEE, atualmente, é comandada por um Conselho que reúne os representantes dos governos dos Estados-Membros. A composição do Conselho varia de acordo com o assunto que será abordado. O Tribunal de Justiça da CEE é um órgão constituído por juizes, designados por seis anos, de comum acordo entre os governos. Sua função básica é garantir o respeito ao direito de execução dos Tratados. Por fim, o Parlamento é o órgão político, cujos representantes são eleitos por sufrágio universal direto, proporcionais ao peso da população de cada país. Estes são os organismos institucionais que devem garantir a aplicação dos princípios integracionistas. Vale ressaltar que todos esses órgãos são financiados com recursos próprios. Ou seja, com a cobrança de taxas sobre as importações de produtos agrícolas ou pelos direitos aduaneiros cobrados aos países-membros³⁷.

Esse aparelhamento institucional confirma que a Comunidade Económica Européia é, na prática, o exemplo de um sistema integrativo. Os 12 países que compõem atualmente a CEE

³⁶FÁRIA, José Angelo Estrella - "Integração latino-americana: inércia e descaso". **Indicadores Econômicos FEE**, vol. 17, nº 4, pág. 90, janeiro/1990.

³⁷TEIXEIRA, Ib - "Blocos sem fronteira". **Revista Conjuntura Econômica**, pág. 127-128, novembro/1988.

são: Grã-Bretanha, França, Holanda, Itália, Espanha, Portugal, Irlanda, Dinamarca, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo e Grécia.

O NAFTA é uma etapa do processo de integração EUA, Canadá e México. Ele se projeta como um espaço econômico comum, com regras convergentes em setores como compras governamentais, propriedade intelectual etc. O NAFTA estipula a criação de uma zona de livre comércio aglutinando a livre circulação de bens, serviços e capitais. Não é, portanto, uma união aduaneira, já que inexistente a presença de uma tarifa externa comum.

Os principais pontos do NAFTA são³⁸.

- a) abolição, até 1998, de todas as tarifas aduaneiras;
- b) adoção de critérios rigorosos quanto à origem e procedência de mercadorias, a fim de assegurar a exclusividade dos benefícios do acordo às firmas estabelecidas nesses países;
- c) definição de procedimentos para a harmonização de normas técnicas, a fim de impedir que estas se transformem em barreiras comerciais;
- d) compromisso de transparência na administração das compras governamentais, para impedir a criação de condições desiguais de concorrência entre os fornecedores de bens e serviços ao setor público;
- e) criação de normas liberalizantes para a prestação de serviços, realização de investimentos e, migração

³⁸ ARAÚJO JR., José Tavares de - "Integração econômica e harmonização de políticas na América do Norte e no Cone Sul". *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 2, pág. 96, abril-junho/1989.

temporária; e

f) criação de um fórum supranacional para resolver controvérsias relativas ao uso de subsídios e direitos compensatórios.

O Japão, como já foi falado, projetou-se nestes últimos anos como uma potência de expressão econômica no contexto internacional, principalmente com relação ao seu poder no mercado financeiro. Observa-se, no momento, que dos 200 maiores bancos do mundo os 10 primeiros são japoneses³⁹. No final da década passada o Japão conseguiu superar os norte-americanos com relação aos empréstimos internacionais. Hoje, o Japão é um grande prestador de dinheiro ao exterior. Sua articulação com os países da Bacia do Pacífico (diga-se melhor "tigres" asiáticos) reforçou-se nos últimos tempos, gerando a formação de mais um bloco. Esta integração é vista com apreensão pelo resto do mundo, pois se de um lado o Japão controla o mercado financeiro, por outro ele domina as tecnologias de ponta (informática, robótica etc.).

Assim, a integração regional tornou-se o novo padrão de comportamento das relações internacionais. A formação de blocos transformou-se, assim, em fato concreto. O que ocorrerá com a economia mundial daqui a dez anos é um prognóstico que não se deve fazer agora. No entanto, parece que as relações comerciais

³⁹ OHLWEILER, Otto Alcides - "Ainda sobre os blocos econômicos: conclusão". *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 17, nº3, dezembro 1989, pág.152.

ficarão em torno da consolidação da atual ordem econômica.

3 - A AMÉRICA LATINA E A ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Depois da Segunda Guerra Mundial, tinha-se o mundo assim dividido: o Primeiro Mundo, em que estavam os países capitalistas da Europa Ocidental, Japão e os Estados Unidos; o Segundo Mundo, que abrangia a União Soviética e os países socialista da Europa Oriental; e o Terceiro Mundo, integrado pelos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina⁴⁰.

Na década de 50, os países latino-americanos tinham um certo grau de homogeneidade favorecido pelo passado histórico, pela semelhança cultural e pela similaridade econômica. No entanto, o comportamento da economia mundial foi dispersando essa pseudo-aproximação. Os diferentes níveis de industrialização presentes na América Latina fizeram com que as nações menos favorecidas pelo crescimento de suas indústrias ficassem temerosas, quanto a aglutinação por parte dos países vizinhos, de seus pequenos ganhos industriais. Assim, foi aumentando a distância entre as nações latinas e, conseqüentemente, o protecionismo comercial.

A década de 80 para a América Latina foi marcada, no

⁴⁰ MACADAR, Beky Moron de; e BELLO, Teresinha da Silva - "A integração da América Latina: a caminho da integração". *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, vol. 17, nº4, janeiro/ 1970, pág. 74.

plano político, pela crescente democratização política, no plano econômico interno por uma estagnação econômica seguida de elevados níveis de inflação e, no plano econômico externo, a implantação de políticas de abertura.

A crise econômica latino-americana, entre outros fatores, foi agravada pelo endividamento externo, pelo crescente déficit público e pela queda de preços dos produtos primários no mercado exterior.

O endividamento externo, foi acompanhado de elevadas e constantes taxas de juros estipuladas pelo mercado (lembre-se que a taxa de juros é flutuante), o certo é que este endividamento ocasionou vultosas transferências de recursos para os credores internacionais, atingindo, assim, negativamente a balança de pagamentos desses países.

Internamente, as tentativas de ajustes recessivos que visavam deliberar a crise cambial, na verdade, ocasionaram uma queda nas importações destes países, fazendo com que a nível regional, os intercâmbios comerciais tivessem um decréscimo.

Em meio a essa situação desalentadora da economia latino-americana, parece evidente que não faz parte dos ítems de interesse do Primeiro Mundo investir nessas economias com a finalidade de salvá-las da crise que se encontram. Ao contrário, os países desenvolvidos estão mais preocupados em salvar a si mesmos.

Por outro lado, apesar da crise, a América Latina tem buscado um maior espaço para garantir sua maior independência em

relação ao Primeiro Mundo. Neste contexto, a integração regional é vista como um mecanismo de tentativa para que a América Latina consiga maior poder de barganha frente aos outros megabloco anteriormente citados.

Assim, as políticas de abertura que começaram a ser implantadas na América Latina, foram frutos tanto da maior liberdade política ocorrida, como da tentativa de amenizar a crise econômica interna. Como se processaram estas tentativas de integração regional, iremos ver no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

1 - A CRIAÇÃO DA ALALC

A integração regional foi tema de inúmeros debates no meio acadêmico desde o fim dos anos 30. Sempre idealizado, nunca praticado. As tentativas de integração não foram poucas. Conversas e mais conversas, acordos, pactos, Tratados bilaterais tentavam a proximidade com o fim desejado. Uns a defendiam de forma ousada, outros mais recatados e outros ainda temerosos. O medo político da possibilidade de perda do poder retardou o mais que pôde este processo. A elite econômica destes países também temiam a invasão não controlada do seu mercado nacional e conseqüentemente de seu lucro. A integração regional foi se tornando mais viável quando observou-se no horizonte uma mudança na ordem econômica. Foi necessário a CEE desafiar a ordem imperante para que os países mais frágeis economicamente vissem nessa atitude uma oportunidade nova que poderia ser seguida. Foi a partir dessa consciência que os movimentos integracionistas foram se concretizando. Descrever-se-á neste capítulo, duas etapas da tentativa de integração latino-americana.

1.1 - ANTECEDENTES DA ALALC

A assinatura do Tratado de Roma em 1957 despertou o interesse da América Latina para questões como a integração

regional. A Comunidade Econômica Européia era um exemplo a ser seguido, pois fornecia a oportunidade de uma cooperação econômica viável. A possibilidade de algumas nações relativamente pequenas, ao serem comparadas com as grandes potências, auferirem maior poder de barganha com uma possível união, estimulou os países latinos⁴¹.

No entanto, desde 1956, já se falava concretamente na possibilidade de uma unidade econômica latino-americana.

É necessário, antes de fazermos uma explanação de como se deu o processo de integração latino-americano, mencionar como se realizavam as relações comerciais internacionais, ou seja, como estava regulado o comércio exterior na referida época.

O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) foi criado em 1947 para tentar regulamentar, com regras, as relações do comércio internacional. Ele baseava-se na defesa do livre-comércio como forma de regular o comércio mundial. Entre as cláusulas desse acordo a mais prejudicial para os países em desenvolvimento era a presença de uma extensa relação de benefícios tarifários direcionado para certos países e certos produtos. Essas concessões eram ratificadas de forma bilateral e baseavam-se no princípio de reciprocidade e da nação mais favorecida⁴².

⁴¹ OLIVEIRA FILHO, Gesner José de - op. cit., pág. 53.

⁴² SEGUNDO ESTE PRINCÍPIO " qualquer vantagem, favor, privilégio, ou imunidade acordada por alguma parte contratante a qualquer produto proveniente ou destinado a outro país, deve ser concedido imediata e incondicionalmente ao mesmo produto proveniente ou

Este princípio deixava frente à frente os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, beneficiando explicitamente os primeiros, já que estes possuíam maiores vantagens comparativas para os seus produtos. Era um mecanismo injusto e retardava o processo de industrialização latino-americano.

Com base nas crescentes disparidades entre o Primeiro e o Terceiro Mundo é que foi criada a UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) órgão permanente da ONU, criado em 1964, cujo objetivo principal era acelerar a taxa de crescimento econômico dos países menos desenvolvidos. O financiamento do crescimento econômico do Terceiro Mundo seria realizado com a ajuda da UNCTAD, a qual deveria incentivar o comércio internacional estimulando as exportações desses países. Os financiamentos compensatórios seriam feitos junto ao Fundo Monetário Internacional. Apesar das reuniões plenárias ocorridas, a UNCTAD não conseguiu evitar o crescimento das disparidades Norte-Sul⁴³.

Já em 1948, os estudos realizados já mostravam a necessidade de aumentar o comércio dentro da América Latina, formando assim um mercado maior para se obter o desenvolvimento da região. Esse era o projeto da CEPAL (Comissão Econômica Para

destinado aos territórios de todas as demais partes contratantes". Extraído: OLIVEIRA FILHO, Gesner José de - op. cit., pág. 58.

⁴³ OLIVEIRA FILHO, Gesner José de - op. cit., pág. 44.

a América Latina)⁴⁴.

Em 1955, na Conferência da CEPAL, os participantes sugeriram a criação de um mecanismo de consulta permanente sobre os agravantes dos problemas do comércio latino-americano. Em novembro de 1954 foi criado o Comitê de Comércio, cujo objetivo principal seria achar os meios que possibilitassem a intensificação do comércio na região latina, bem como encontrar soluções para resolver os problemas que dificultavam as relações comerciais da região. Criou-se também dois subcomitês: o primeiro analisaria os problemas de pagamentos nas transações comerciais e o outro estudaria a possibilidade de implantação de um mercado regional⁴⁵. A CEPAL defendia que a integração regional aceleraria a industrialização na América Latina⁴⁶.

Entre 1958 e 1959, o grupo de trabalho do Comitê de Comércio da CEPAL estudou a possibilidade de concretização da integração regional na América Latina. A experiência da Comunidade Econômica Européia foi analisada com atenção, pois o grupo de trabalho encarava à união econômica européia como um bom

⁴⁴SILVA, Celso J. da - "Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino", em SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici e BONI, Luís Alberto de, orgs., **Temas de Integração Latino-Americana**, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990, pág. 35.

⁴⁵MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 31.

⁴⁶MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 31.

exemplo⁴⁷.

Enfim, em fevereiro de 1960, criou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC. No dia 18 do referido mês, em Montevideu, foi assinado o "tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a ALALC"⁴⁸. Os países que inicialmente assinaram o Tratado foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Os instrumentos que ratificavam a adesão destes países foram entregues no dia 02 de maio de 1961, o Tratado entraria em vigência 30 dias após. A Colômbia aderiu ao Tratado em 30 de setembro de 1961, o Equador no dia 03 de novembro do mesmo ano, a Venezuela em 1966 e a Bolívia em 1967⁴⁹.

O artigo 58 afirmava que todo e qualquer país latino-americano poderia participar da ALALC. No entanto, a adesão de Cuba ao Tratado foi negada pelos membros da ALALC. O argumento para tal negativa era a diferença do sistema "econômico" cubano⁵⁰.

Com a assinatura do Tratado de Montevideu estava implantado o primeiro organismo de integração econômica regional na América Latina.

⁴⁷ "Integração regional em face da crise econômica mundial - o caso ALALC. *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 29, nº 12, pág. 100, dezembro/1975.

⁴⁸ MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 36.

⁴⁹ MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 36.

⁵⁰ MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 36.

1.2 - ALALC (DIRETRIZES BÁSICAS)

De acordo com a teoria da integração, um agrupamento regional deveria promover o desenvolvimento econômico. A integração regional era o meio da América Latina concentrar os fatores trabalho e capital em um só mercado, conseguindo com isso uma maior eficiência produtiva e a possibilidade de planejamento em grande escala⁵¹.

No preâmbulo do Tratado de Montevideu, faz-se referência explícita de que a integração era um instrumento de desenvolvimento econômico, como se pode ver na citação abaixo:

"Los gobiernos representados en la conferencia intergubernamental para el establecimiento de una zona de libre comercio entre países de America Latina, persuadidos de que la ampliación de la actuales dimensiones de los mercados nacionales, a través de la eliminación gradual de barreras al comercio intraregional, constituyen condición fundamental para que los países de America Latina puedan acelerar su proceso de desarrollo económico, en forma de asegurar un mejor nivel de vida para sus pueblos".

O Tratado foi dividido em 12 capítulos que abordam os seguintes assuntos: nome e objeto; programa de liberação do intercâmbio; expansão do intercâmbio e complementação econômica; tratamento de nação mais favorecida; tratamento de matéria de

⁵¹Revista Conjuntura Econômica - op. cit., vol. 29, nº 12, pág. 101, dezembro/1975.

tributos internos; cláusulas de salvaguardas; disposições especiais sobre agricultura; medidas em favor de países de menor desenvolvimento; órgãos de associação; personalidade jurídica, imunidades e privilégios; disposições diversas e cláusulas finais. O Tratado possui 65 artigos⁵².

Pelo artigo 02 do Tratado de Montevideu, a área de livre comércio iria ser implantada num período limite de 12 anos. Isto é, até 1973 os signatários supunham estabelecer definitivamente a área de livre comércio⁵³.

Pelo artigo 03, os signatários deveriam eliminar as restrições de toda ordem dos produtos importados de qualquer parte contratante, algumas destas restrições comerciais receberam o nome de gravames, que assim eram definidos como "todos os direitos alfandegários e quaisquer outros encargos de efeitos equivalentes que incidiam sobre as importações"⁵⁴.

Para evitar os inconvenientes e as dificuldades de uma liberação comercial repentina, o Tratado previa um mecanismo gradual de liberação, por meio de negociações constantes de produto por produto entre os signatários. Partindo destas negociações entre as partes contratantes seriam elaboradas as listas nacionais e a lista comum⁵⁵.

As listas nacionais comportariam as reduções anuais dos

⁵² MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 38.

⁵³ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 45.

⁵⁴ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 45.

⁵⁵ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 45.

gravames e demais restrições comerciais que cada signatário anuiria aos outros membros da ALALC. Já a lista comum teria de conter a relação dos produtos em que as partes contratantes se comprometeriam a eliminar, gradualmente, num certo tempo os gravames e demais restrições pendentes. Este era o compromisso coletivo de que todas as restrições seriam extintas⁵⁶.

A lista nacional estipulava uma redução nas tarifas alfandegárias e nas demais, em no mínimo 8% da média ponderada para os países de fora da zona de livre comércio. Os produtos que estavam na lista nacional poderiam ser retirados ou substituídos, se assim as partes contratantes desejassem. O compromisso para eliminar os gravames e demais restrições era realizado em cima dos produtos que os signatários importavam ou exportavam antes do Tratado⁵⁷.

Já a lista comum estipulava que, após três anos de ALALC, os produtos que ela possuía deveriam conter 25% do comércio entre as partes contratantes; depois de seis anos deveriam subir para 50%, 75% em nove anos e o resto do comércio nos três últimos anos. O artigo 8 afirmava que " as concessões outorgadas sobre tais produtos são irrevogáveis "⁵⁸. A primeira lista comum continha 180 produtos e foi estabelecida em 1964⁵⁹.

No artigo 10, o Tratado chama a atenção para o

⁵⁶ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 46.

⁵⁷ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 46.

⁵⁸ MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 39.

⁵⁹ SILVA, Celso J. da - op. cit., pág. 46.

" princípio da reciprocidade ". Por meio deste princípio pretendia-se aumentar o comércio. A igualdade nas concessões diminuía as restrições comerciais, já que seria a compreensão e concessões nas importações ou exportações entre as partes contratantes a regra do Tratado. É claro que este princípio a médio e longo prazos prejudicaria os menos desenvolvidos da região latina⁶⁰.

Com a finalidade de " intensificar a integração ", o Tratado defendia uma crescente coordenação das políticas de industrialização e que os segmentos que tivessem interesse poderiam fazer acordos de complementação por setores industriais⁶¹.

O artigo 23, que descrevia a cláusula de salvaguarda, era assim escrito:

" As partes contratantes poderão autorizar a qualquer parte contratante a impor em caráter transitório, de forma não discriminatória e sempre que não signifique uma redução do consumo habitual do país importador, restrição à importação de produtos procedentes da zona, incorporados ao programa de liberação, quando ocorram importações em quantidade ou condições tais que causem ou ameacem causar prejuízos graves a determinadas atividades produtivas de significativa importância para a economia nacional".

Por exemplo, pela cláusula de salvaguarda, se um dos

⁶⁰MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 40.

⁶¹MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 40.

países signatários tivesse problemas com sua balança de pagamentos, seria permitido " em caráter transitório " a este país aplicar restrições às importações da zona⁶².

O Tratado de Montevideú dividia a América Latina em três blocos : o primeiro, formado pelos três "grandes" Argentina, Brasil e México ; o segundo, denominado bloco intermediário que era formado pelo Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; e por fim, o terceiro grupo com Bolívia, Equador e Paraguai. É bom ressaltar que esta divisão não estava explícita no Tratado, mas era uma denominação constante nos protocolos e decisões da ALALC. Essa divisão era necessária para analisar e separar as nações de menor desenvolvimento relativo. Como os países signatários não gozavam do mesmo nível de desenvolvimento relativo, o Tratado estipulava medidas especiais no que diz respeito a tais países. Se assim não fosse ocorreriam contrastes e desequilíbrios da mesma ordem dos existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Estas vantagens, para Alfredo da Mota Menezes⁶³ seriam:

a) autorização para que os países membros concedessem as nações menos desenvolvidas vantagens que não sejam estendidas aos demais membros;

b) aumento do prazo, para as nações menos desenvolvidas, de liberalização e implantação do programa de redução de restrição;

⁶²MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 41.

⁶³MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 43.

recomendação para que os países mais desenvolvidos ajudassem os menos desenvolvidos, com ajuda técnica ou financeira destinados principalmente à industrialização das matéria-primas.

A retirada dos países membros da ALALC poderia ocorrer a qualquer momento. Contudo, as vantagens outorgadas ou recebidas continuaria em pleno vigor por um período de 5 anos após a retirada. Esta medida tinha como finalidade, assegurar a estabilidade e segurança do comércio dentro da zona⁴⁴.

E por fim cabe mencionar o artigo 38, o qual tornava a Conferência das Partes Contratantes o órgão máximo da ALALC. Sua tarefa era fazer cumprir as normas do Tratado. As reuniões eram anuais, no entanto, a qualquer momento, poderia-se marcar uma reunião extraordinária. Inicialmente, seria necessário 2/3 dos votos para aprovar um projeto⁴⁵.

A direção da ALALC ficaria nas mãos de um Comitê Executivo Permanente, cujas funções, entre outras, seriam: organizar as conferências; elaborar programas e projetos; ser representante da ALALC nas reuniões com outros organismos internacionais etc. O Comitê Executivo Permanente teria um Secretário Executivo com mandato de três anos, podendo, no entanto, haver uma recandidatura⁴⁶.

⁴⁴"ALALC: Reserva de mercado para os produtos brasileiros".
⁴⁵Revista Conjuntura Econômica, vol. 25, nº 3, pág. 47, março/1971.

⁴⁶MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 44.

⁴⁶MENEZES, Alfredo da Mota - op. cit., pág. 44.

1.3 - ALALC NA PRÁTICA

BSFEAC

Se na teoria a ALALC prometia ser uma associação próspera, na prática a história foi bem outra. Não que o montante comercial não tenha crescido na sua vigência, mas sim pelas vantagens que deveria auferir e no concreto não conseguiu. Pode-se perceber na Tabela 1 o desempenho do comércio intrazonal na América Latina, observe o seu crescimento gradual tanto nas exportações como nas importações até 1973.

TABELA 2 - COMERCIO INTRAZONAL (EM US\$ MILHÕES)

	1961	1967		1972		1973		
Argentina	112,30	196,40	283,70	253,60	484,10	373,10	796,80	438,80
Bolívia	5,50	12,20	9,90	17,60	28,00	30,00	67,00	54,00
Brasil	97,20	145,60	161,20	226,50	407,80	392,40	543,20	587,90
Chile	37,80	101,40	84,30	188,60	187,00	233,00	127,40	266,60
Colômbia	7,40	12,10	23,10	38,10	104,30	104,70	98,90	99,50
Ecuador	7,50	4,20	14,50	28,90	37,00	49,00	38,30	51,90
México	10,90	4,50	57,20	38,60	141,10	119,80	156,40	126,10
Paraguai	9,90	11,40	15,60	17,40	20,70	25,80	24,00	48,70
Peru	33,00	34,90	38,90	116,10	74,00	127,00	87,90	173,90
Uruguai	6,00	46,60	17,10	47,00	26,60	70,40	32,30	122,30
Venezuel	160,10	19,30	145,10	38,70	157,80	99,50	111,80	110,50
TOTAL	487,60	588,60	850,60	1008,10	1638,40	1624,70	2084,00	2088,20
(A.L.A.L.C.)								

Exportações FOB; Importações CIF

Fontes: Business International - Business Latin America; International Monetary Fund - International Statistics

Extraído: Revista Conjuntura Econômica, vol. 28, no. 12, Dez/1975

No entanto, o malogro da ALALC pode ser constatado no desempenho das concessões negociadas. Pela tabela 2, vê-se que nos dois primeiros anos do acordo elas se mantiveram crescente. Isto é, em 1961 e 1962. Contudo, nos períodos seguintes houve uma diminuição abrupta nas concessões. É verdade que em alguns períodos, como 1965 e 1967, a lista de concessões sofreu um leve aumento, mas não o suficiente para demonstrar a retomada da eficiência inicial.

TABELA 2 - CONCESSÕES NEGOCIADAS - A.L.A.L.C.

PAISES	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	Jan/73 TOTAL
Argentina	414	650	200	80	174	84	96	122	20	0	7	0	1075
Bolívia	-	-	-	-	-	-	178	16	0	0	7	0	201
Brasil	619	691	62	40	159	92	107	92	40	0	10	0	1070
Chile	949	490	91	0	22	29	42	11	5	1	0	0	979
Colômbia	244	391	65	10	31	6	15	11	0	0	0	0	777
Ecuador	-	1716	-97*	0	5	4	0	29	0	0	0	0	1720
México	200	319	120	75	135	93	60	63	17	16	1	6	1211
Paraguai	520	69	76	-2*	14	14	0	5	3	0	0	3	702
Peru	227	72	56	0	20	10	22	46	22	0	5	4	511
Uruguai	567	43	54	0	12	13	27	60	20	0	2	11	817
Venezuela	-	-	-	-	-	-	134	10	21	6	0	0	479
TOTAL	3246	4947	455	226	506	309	309	497	164	25	52	24	11154

* Concessão retirada

- O país não era membro nesse período

Fontes: INFAL - Instituto para la Integración de América Latina; IDB - Interamerican Development Bank

Extraído: Revista Conjuntura Económica, vol. 29, no. 12, Dez/1975.

Para explicar que razões levaram a ALALC entrar num processo de decadência achamos correta a admissão dos três seguintes fatores.

Em primeiro lugar, o próprio Tratado de Montevideu, em alguns tópicos, tornou-se inviável, principalmente aqueles que abordavam a forma de liberalização do comércio zonal no que se relaciona com a obtenção de um desenvolvimento equilibrado e uma distribuição igualitária dos benefícios do processo. Os dirigentes da ALALC não perceberam, e se perceberam nada fizeram, que o sistema de lista comum e de listas nacionais, só beneficiaram os países que formavam os três "grandes", ou seja, Brasil, Argentina e México. Estes de industrialização menos atrasada conseguiram os benefícios que deveriam ser auferidos por todos. As outras economias latinas continuavam a se especializar na produção de bens primários. As medidas especiais de preservação das economias menos desenvolvidas não foram eficientes. Os desequilíbrios ocorreram no decorrer das relações comerciais⁶⁷. Observe, por exemplo, o desempenho da pauta de exportações do Brasil, em 1979, para dois países latinos que não pertenciam o grupo dos "grandes" :

a) Exportações para o Chile :

Ônibus (10, 85%)

Embarcações (7, 80%)

Veículos CRD (6, 14%)

⁶⁷VACCHINO, Juan Mario - "Momentos chaves na história da ALALC - ALADI". Revista de Finanças Públicas, vol. XLVIII, nº 374, pág. 60, abril-maio-junho/1988.

Automóveis (5, 31%)

Caminhão (4, 50%)

b) Exportações para o Paraguai :

Máquinas (12, 98%)

Veículos (7, 07%)

Produtos siderúrgicos (5, 98%)

Aparelhos elétricos (5, 22%)

Fonte⁶⁸: CACEX

Se após 29 anos de existência a ALALC não distribuiu melhor a pauta das exportações, ou seja, não causou a diversificação de produtos no comércio regional, então, ela não cumpriu seu papel. Confirma-se, assim, a concentração industrial na mão de alguns países, os três "grandes", e o resto dos países latinos continuavam na produção de matéria-primas. Por outro lado, as relações comerciais brasileiras, por exemplo com a Argentina, baseavam-se em grande parte em produtos primários. Observe os dados abaixo:

a) Exportações para a Argentina :

Café cru em grão (11, 29%)

Ferro gusa (4, 23%)

Minérios aglomerados (4, 20%)

⁶⁸EXTRAIDO : MELO, Valdir Ramalho de - "Comércio Brasil - América Latina: panorama geral quantitativo". Revista Conjuntura Econômica, vol. 34, nº 7, julho/1980.

Pinho serrado (4, 19%)

Hematita (4, 08%)

Fonte⁶⁹ : CACEX

Com isso observa-se que os dois "grandes" não competiam entre si, eles preferiram direcionar seus produtos manufaturados para os outros países intermediários e menos desenvolvidos da América Latina.

Enfim, o sistema de lista comum e lista nacional, que deveria implantar gradualmente a integração regional, na prática, não conseguiu obter êxito. Este sistema, baseado no princípio da reciprocidade e nação mais favorecida, apesar de abrir exceção para os países menos desenvolvidos dos subdesenvolvidos, não obteve bons resultados.

Em segundo lugar, os acordos de complementação industrial que foram estipulados nas cláusulas do Tratado de Montevideu não promoveram, também, o crescimento equitativo nas economias dos países-membros. Estes acordos, na prática, tornaram-se singelos mecanismos de decréscimo tarifário, os quais foram utilizados na maioria das vezes não pelas empresas regionais dos países-membros da ALALC, mas em geral pelas empresas multinacionais, que com essa redução de tarifas logravam uma distribuição das produções e vendas nos diferentes mercados nacionais latinos⁷⁰.

Em terceiro lugar, a formação de uma zona de livre

⁶⁹EXTRAÍDO: MELO, Valdir Ramalho de - op. cit.

⁷⁰VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 60.

comércio, que era o objetivo principal do Tratado de Montevidéu, não combinava com as diversificações na hierarquia do desenvolvimento relativo que as economias dos países-membros da ALALC apresentavam, e com as diferenças e instabilidades das políticas econômicas dos países-membros. O fator essencial de uma zona de livre comércio deve ser a concorrência. Para que ela fosse implantada com eficácia era preciso haver um certo nível de homogeneidade no grau de desenvolvimento e na harmonização de políticas econômicas o que, na prática, não ocorreu. Como na zona de livre comércio cada país-membro continua com sua autonomia comercial, tarifária e financeira em relação aos países de fora da zona, então, cada país continuou ajustando suas economias nacionais de forma independente sem se sentirem, de certa forma, responsável como membro da ALALC. Eles não se interessavam pela interdependência de suas economias, e que por isso qualquer estratégia para sanar distúrbios, internos ou externos, afetavam os outros países-membros⁷¹.

Existe uma necessidade de certa homogeneidade econômica nas políticas nacionais, este é um princípio básico para a integração. Assim, qualquer projeto integracionista deve passar pelo equilíbrio macroeconômico das economias da região. Para o sucesso de um projeto de integração regional, deve-se em primeiro lugar trabalhar-se com uma taxa de câmbio estável⁷².

⁷¹VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 61.

⁷²ARAÚJO JR., J. T. - "A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira". IEI/UFRJ, texto para discussão nº 256, 1991, pág. 3.

Se as taxas reais de câmbio dos países-membros de um processo integracionista são estáveis, então, há uma diminuição do risco cambial, que é a principal fonte de incerteza nas relações comerciais internacionais. De fato, quando as transações internacionais se solidificam sob bases estáveis de câmbio há um maior nível de confiabilidade nas concessões tarifárias, já que estas se tornam mais precisas e confiáveis para promover o comércio entre os países integrados⁷⁹.

Assim, a instabilidade cambial nos problemas de política econômica foi um outro fator que inviabilizou a ALALC. Na América Latina, a instabilidade cambial é gerada por dois fatores: primeiro, pelas disparidades inflacionárias, como se pode ver na Tabela 3 as taxas de inflação de 1970-1990. Observe as diferentes variações inflacionárias de país para país:

TABELA 3

TAXA ANUAIS DE INFLAÇÃO DE ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

ANO	ARGENT.	BRASIL	CHILE	MEXICO	PARAGUAI	URUGUAI	VENEZ.
1970	13.69	17	33	5.2	-0.7	17	2.5
1971	34.8	21.1	19.2	5.3	4.8	24	3.2
1972	58.4	17.8	77.3	5	9.5	76.5	2
1973	61.2	15.5	353.6	12	12.5	97	4.1
1974	23.5	34.5	504.7	23.8	25.2	77.2	8.3
1975	182.3	29.4	374.7	15.2	6.8	81.4	10.3
1976	443.2	46.3	211.8	15.8	4.6	50.6	7.6
1977	176.1	38.8	91.9	29	9.3	58.2	7.8

⁷⁹ARAÚJO JR., José Tavares de - op. cit., pág. 3.

1980	100.8	110.2	35.1	26.4	22.4	63.5	21.5
1981	104.5	95.2	19.7	27.9	14	34	16.2
1982	164.8	99.7	9.9	58.9	6.8	19	9.6
1983	343.8	211	27.3	101.8	13.4	49.2	6.3
1984	626.7	233.8	19.9	65.5	20.3	55.3	12.2
1985	672.1	235.1	30.7	57.7	25.2	77.2	11.4
1986	90.1	65	19.5	86.2	31.7	76.4	11.5
1987	131.3	415.8	19.9	131.8	21.8	63.6	28.1
1988	343	1037.6	14.7	114.2	24.5	62.2	29.5
1989	3079.3	1782.9	17	20	26.2	80.4	84.2
1990	1832.5	1476.6	29.4	30.2	42.7	129.8	32.2

FONTE: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics (linha 64), vários anos.

EXTRAÍDO: ARAÚJO JR., J. T. - A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira, IEI/UFRJ, texto para discussão nº 256, 1991.

E, segundo, pelas atitudes dos governos latino-americanos frente aos mecanismos de controle cambial. Existe uma diversidade regional dos mecanismos para controlar o câmbio e assim evitar os desequilíbrios no balanço de pagamentos. Cada país tenta ajustar seu balanço de pagamentos, adotando para isso diversificadas formas de controle cambial. No entanto, a estabilidade cambial, apesar de ser uma condição necessária para promover a integração regional, não é suficiente. É preciso haver uma vontade política para concretizar a integração, é preciso

optar-se pelas soberanias compartilhadas⁷⁴. Esta opção possibilita os ajustes macroeconômicos necessários para concretizar a integração regional em países de políticas econômicas divergentes. Ou seja, os governos, neste caso, são mais coniventes com as políticas de abertura e têm consciência da importância de se compartilhar suas soberanias por um objetivo maior. Fica claro, contudo, que cada governo continua com o controle soberano de seu país, no entanto, ele, ao relacionar-se com outras nações soberanas divide o processo de tomada de decisão dos assuntos que, seguindo o princípio da interdependência, afetem os outros países que com ele tentam se integrar. Um país é soberano não quando ele se julga independente para agir e aplicar qualquer plano ou projeto para resolver os problemas, cujas soluções lhe é conveniente. Mas sim, quando ele percebe que o desenvolvimento econômico torna-se necessário para auferir um desenvolvimento social e neste contexto, vivendo num processo contínuo de internacionalização econômica, não se pode isolar-se do mundo, fazendo de conta que se vive em uma ilha soberana.

2 - DA ALALC À ALADI

Enquanto os países da América Latina tentavam superar suas crises econômicas assiste-se a extinção da ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE-COMÉRCIO (ALALC) e a criação da ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA de INTEGRAÇÃO (ALADI). Esta foi criada com a

⁷⁴ARAÚJO JR., José Tavares de - op. cit., pág.7.

assinatura do Tratado de Montevideu em 12 de agosto de 1980. O novo Tratado passaria a vigorar em 18 de março de 1981. O objetivo da ALADI era obter uma entidade mais flexível, mais dinâmica, sem os erros da ALALC e com a capacidade de estimular as relações comerciais na América Latina. A associação deveria ser o que a ALALC se propôs a ser, mas não foi. Isto é, uma organização de integração e cooperação, cujas bases estariam centradas em um sistema preferencial para o comércio zonal que aceitasse a obtenção de acordos de alcance parcial e de natureza variada⁷⁵.

Tem-se como principais mudanças da ALADI em relação à ALALC: a possibilidade de acordos bilaterais entre os países e a fixação de diferenças entre os membros da associação, conforme o seu grau de desenvolvimento econômico. é bem verdade que esta última modificação já vinha sendo implantada de forma não-oficial⁷⁶.

A ALADI não se propunha a abandonar o projeto de criação de um mercado comum latino-americano, no entanto, ela acentuava que esse projeto só seria concreto no longo prazo, visto a gradualidade necessária para seu processo⁷⁷.

A ALADI é composta por 11 países, assim divididos : países menos desenvolvidos (Bolívia, Equador e Paraguai); os mais

⁷⁵VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 62.

⁷⁶SANDRONI, Paulo - Dicionário de Economia, São Paulo, Editora Best Seller, 1989, pág.11.

⁷⁷SANDRONI, Paulo - op. cit., pág. 11.

desenvolvidos (Argentina, Brasil e México); e os intermediários (Colômbia, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela)⁷⁸.

A ALADI é composta por três órgãos. O primeiro é o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, que é o órgão máximo encarregado da condução dos assuntos políticos de integração regional. O segundo, é a Conferência de Avaliação e de Convergência, que reúne-se de três em três anos. Participam desta Conferência os representantes, com plenos poderes, dos onze países-membros. E por fim, o Comitê de Representantes, que é o órgão permanente encarregado de garantir a aplicação do Tratado⁷⁹.

A proposta principal da ALADI é formar uma área de preferência econômica, que seria como um processo intermediário da formação futura de um mercado comum regional⁸⁰.

O Tratado cita três instrumentos para implantar uma área de preferência econômica: a implantação de uma preferência tarifária regional, os acordos de alcance regional e os acordos de alcance parcial⁸¹.

Os mecanismos de alcance regional deveriam atingir todos os países signatários, como a preferência tarifária regional. Já os mecanismos de alcance parcial deveriam servir como meio para viabilizar ações de diversas ordens, por grupos de países, aos

⁷⁸SANDRONI, Paulo - op. cit., pág. 11.

⁷⁹SANDRONI, Paulo - op. cit., pág. 11.

⁸⁰SANDRONI, Paulo - op. cit., pág. 11.

⁸¹VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 63.

quais limitavam seus efeitos. No entanto, os acordos parciais deveriam progressivamente atingir uma multilateralização, obviamente com a negociação prévia entre os demais países-membros⁶².

Inicialmente as metas fixadas pela ALADI eram, segundo Juan Mario Vacchino⁶³ :

- " a) aprofundamento da preferência tarifária regional;
- b) programa de recuperação e expansão do comércio (por substituição de importações provenientes de terceiros países);
- c) eliminação das restrições não tarifárias;
- d) plano de ação em favor dos países de menor desenvolvimento relativo;
- e) programa de atenuação de desequilíbrios comerciais;
- f) regime de cláusula de salvaguarda ".

Observe que algumas das metas estipuladas pela ALADI tentavam dar continuidade ao trabalho, que bem ou mal, a ALALC vinha tentando desenvolver, como é o caso da eliminação das restrições não tarifária e do regime da cláusula de salvaguarda.

2.1 - DESEMPENHO DA ALADI

É um equívoco tentar demonstrar que a ALADI desempenhou e desempenha bem o papel que se propôs a fazer. Na verdade, quando observamos o comércio realizado por meio dos acordos ALADI

⁶²VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 63.

⁶³VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 67.

1980/1987 é que vemos a realidade. Na Tabela 4, observe que o total de comércio realizado oscilou ano após ano, tendo um razoável aumento em 1981 e, nos outros anos, pequenas oscilações, ora para mais ora para menos.

O programa da ALADI deixou descoberto alguns temas importantes. Não vamos aqui tornar a repetir os fatores que desencadearam o malogro da ALALC. Como bem diz Schwidrowski⁸⁴ :

" (...) Confirma-se a tese de que um alto grau de integração econômica e interdependência gera um " círculo vicioso " entre a integração e a harmonização das políticas macroeconômicas; ao passo que um baixo grau de interdependência, como o registrado na ALADI, poderia traduzir-se em um " círculo vicioso " em que o baixo grau de integração obstaculiza a harmonização macroeconômica e vice-versa".

É verdade que a proposta inicial da ALADI era somente a formação de uma área de preferência econômica, mas é praticamente difícil manter, no longo prazo, relações comerciais entre parceiros que possuem políticas domésticas díspares. Tornamos a repetir, apesar de que em uma zona de preferência o objetivo é somente a eliminação das tarifas alfandegárias, é necessário uma maior interdependência econômica, e neste caso, é essencial um determinado grau de equilíbrio macroeconômico para viabilizar qualquer programa de integração. Não vamos entrar no mérito da essencialidade da harmonização das políticas macroeconômicas para

⁸⁴ SHWIDROWSKI, Arnin - "Coordinación de políticas macroeconómicas e integración". Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, nº 45, dic, 1991.

TABELA 4 - COMÉRCIO REALIZADO ATRAVÉS DOS ACORDOS ALADI: 1980/1987

TIPO DE COMÉRCIO	PAÍS IMPORTADOR										Total
	Arg.	Bol.	Bra.	Col.	Chile	Equ.	Méx.	Par.	Uru.	Ven.	
1980											
US Milhoes	2138	290	2981	697	1386	266	674	298	578,00	827,00	10529,00
Negociado	60,2	3,4	27,1	22,2	14,4	13,2	48,8	9,7	30,60	9,60	28,40
Nao Negoc	49,8	96,6	72,9	77,8	85,6	86,8	51,2	90,3	69,20	90,40	71,40
1981											
US Milhoes	1887	296	3363	999	1510	250	1128	279	742,00	1128,00	12,20
Negociado	42,9	5,7	38,1	11,6	4,8	6	41	11,6	18,70	6,40	26,60
Nao Negoc	57,1	94,3	61,9	88,5	95,2	94	59	88,5	81,30	93,60	74,20
1982											
US Milhoes	1536	169	3607	1141	824	368	548	317	458,00	1263,00	10620,00
Negociado	47,6	5,7	34,6	11,6	5,7	1,7	42,5	7,8	19,00	5,90	26,10
Nao Negoc	52,4	94,3	65,4	88,5	94,3	98,3	57,5	92,4	81,00	94,10	74,70
1983											
US Milhoes	1448	216	2351	1003	762	235	193	262	268,00	628,00	7,71
Negociado	46,4	3,7	30,8	14,2	16,3	9,4	45,1	4,6	23,60	8,90	26,10
Nao Negoc	53,6	98,3	69,2	85,8	83,7	90,8	54,9	95,4	78,40	91,10	73,70
1984											
US Milhoes	1641	199	2289	950	900	344	439	291	291	785	8,533
Negociado	45,9	3	35,8	17,3	16,7	4,1	32,1	5,8	26,8	9,4	26,1
Nao Negoc	54,1	97	64,4	82,7	83,3	95,9	67,9	94,2	73,2	90,6	71,9
1985											
US Milhoes	1299	308	1712	882	784	417	565	273	197	654	7533
Negociado	45,2	1,9	41,8	18,8	32,9	11	32	4,4	38,6	9,5	30,1
Nao Negoc	54,8	98,1	58,2	81,2	67,1	89	68	95,6	61,4	90,5	69,3
1986											
US Milhoes	1697	267	1939	654	732	310	351	268	360	620	7674
Negociado	55,5	3,1	58,2	24	32,9	14,2	48,4	1,5	41,1	11,9	40,1
Nao Negoc	44,5	98,9	41,8	76	67,1	85,8	53,6	98,5	58,9	88,1	59,9
1987											
US Milhoes	1725	334	1898	652	950	288	291	265	564	805	8498
Negociado	54,1	3	66,8	27,3	31,3	14,9	36,4	3,4	43,3	20	40,9
Nao Negoc	45,9	97	33,4	72,7	68,7	85,1	63,6	96,6	56,7	60	59,1

Fonte: Secretaria Geral da ALADI

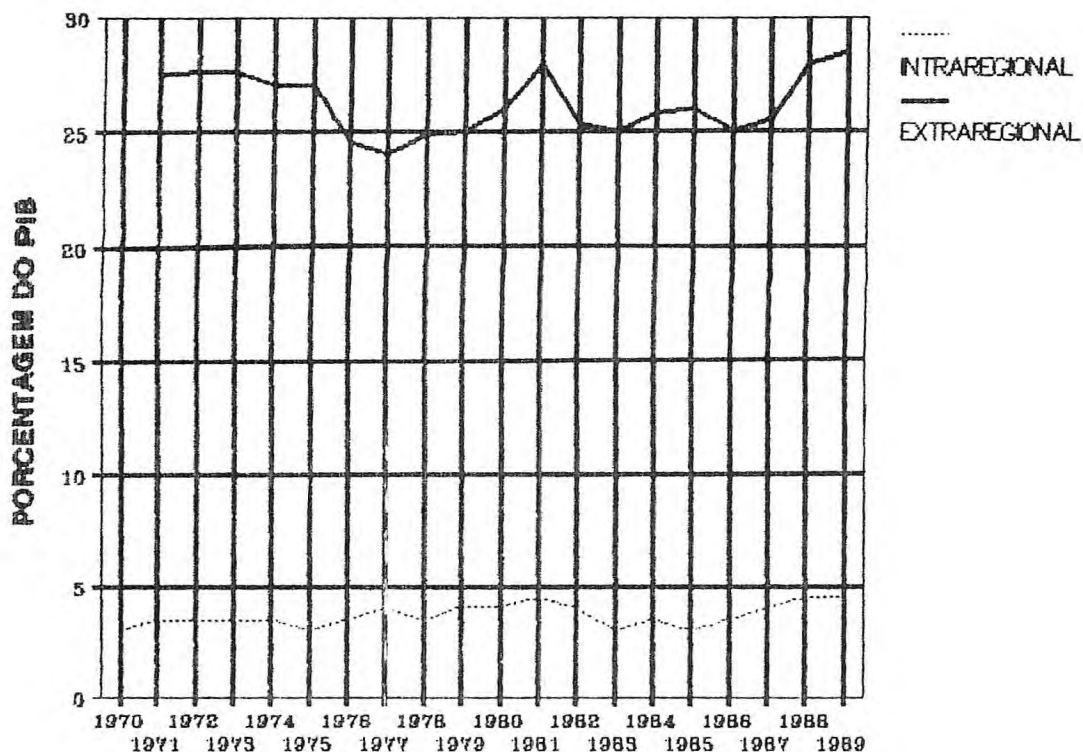
que as experiências de integração sejam bem sucedidas, já discutimos isso antes. Queremos aqui demonstrar o desempenho do comércio intra-regional a partir da ALADI. Evidentemente, como bem vimos na Tabela 4, esse desempenho não foi estável ao longo dos anos.

A preferência tarifária, que era o carro-chefe para garantir o aumento do comércio intra-regional, em si não foi suficiente para a expansão comercial. Ao contrário, até 1985, a preferência tarifária tinha um caráter meramente simbólico. De fato, nem a preferência média de 10%, nem muito menos a preferência diferencial de 22% aos países latinos não "grandes", garantiram esta expansão⁸⁸.

Por outro lado, o programa regional para a recuperação e expansão do comércio havia fixado como objetivo a ser atingido o aumento no comércio recíproco da ordem de 40%. Isto deveria ser atingido até 1989. É bem verdade que após 1985, a preferência tarifária básica subiu para 60% com tratamentos diferentes de país para país e, para os países não "grandes" a preferência chegava mesmo a 80%. Atente, por exemplo, no gráfico 2 que nem mesmo essa medida fez com que o comércio intra-regional chegasse a um nível próximo do comércio extra-regional dos países da ALADI.

⁸⁸VACCHINO, Juan Mario - op. cit., pág. 67.

COMERCIO INTRA E EXTRA REGIONAL
ALADI



FONTE: SCHWIDROWSKI, Arnin (1991).

Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. Revista de la Cepal, dic.

EXTRAÍDO: MARINHO, Maria do Socorro Japiassú

"MERCOSUL: uma realidade virtual". Revista

Indicadores Econômicos FEE, v. 20, nº 1, maio/1992.

Em 1989, tem-se um desempenho dos países da ALADI no comércio total e em suas relações comerciais intra-regional, na seguinte percentagem do PIB :

TABELA 5
COMERCIO TOTAL E COMERCIO DENTRO DO GRUPO ALADI

PAISES	COMERCIO TOTAL	COMERCIO NO GRUPO
ARGENTINA	25,7	7,1
BOLIVIA	54,3	27,2
BRASIL	21,2	2,6
COLOMBIA	31,7	4,7
CHILE	55	10,2
EQUADOR	48	7,8
MEXICO	37,1	1,1
PARAGUAI	50,7	20,1
PERU	36,5	7,5
URUGUAI	51,8	22
VENEZUELA	72	5,3
TOTAL (1)	33	4

FONTE: SHWIDROWSKI, Arnin - Coordinación de Políticas
 Macroeconómicas e Integración

Revista da CEPAL, 45.

Nota: Percentagem do PIB de 1989. (1) Média ponderada

Extraído: MARINHO, Maria do Socorro Japiassu

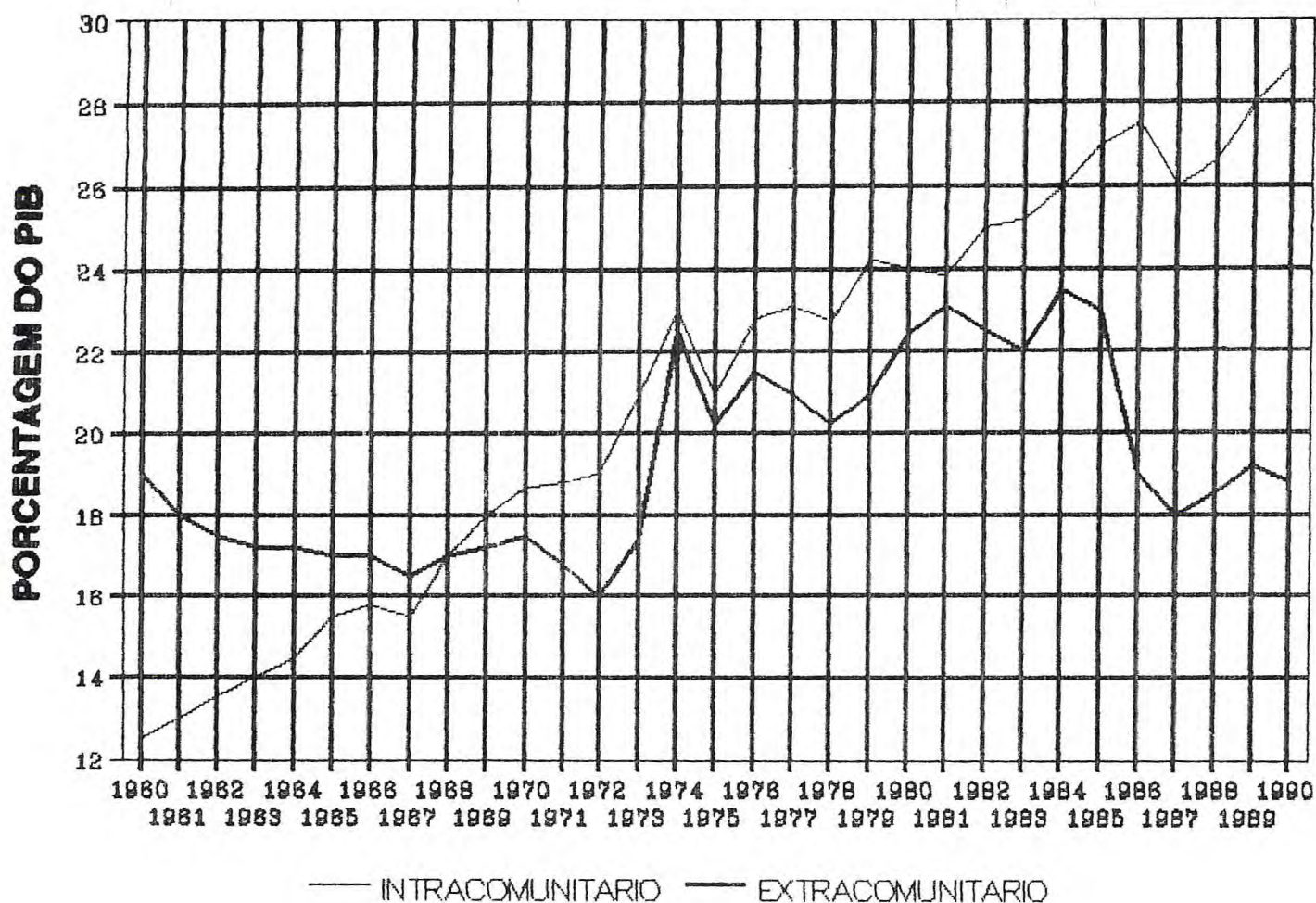
MERCOSUL: Uma Realidade Virtual

Indicadores Económicos FEE, Volume 20, nº1, maio/1992

Esta tabela confirma o menor desempenho do comércio intra-regional frente ao comércio extra-regional na ALADI.

Se observarmos o comportamento da CEE, veremos que desde 1967, o comércio intra-comunitário superava o extra-comunitário, veja no gráfico 3 esse desempenho:

COMERCIO INTRA E EXTRA COMUNITARIO DA CEE



FONTE: SCHWIDROWSKI, Arnin (1991).

Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. Revista de la Cepal, dic.

EXTRAÍDO: MARINHO, Maria do Socorro Japiassú
MERCOSUL: uma realidade virtual, Indicadores
Econômicos FEE, v. 20, nº 1, maio/1992.

Não queremos fazer comparações entre a ALADI e a Comunidade Econômica Européia, mesmo porque a proposta de ambas são diferentes. No entanto, se as autoridades nacionais representantes da ALADI imaginam que com as medidas adotadas por esta organização chegar-se-á num futuro mercado único, eles estão equivocados.

É bem verdade que o comércio intra-regional na ALADI cresceu, mas não superou e nem se aproximou do extra-regional.

A ALADI não se propôs a fazer vôos muito altos, ela incorporou a idéia da calma e gradualidade. A integração regional deveria acontecer, aos poucos, na medida em que os países-membros desencadeassem um maior intercâmbio comercial. O crescimento comercial intra-regional aconteceu e a integração regional não o sucedeu.

CAPÍTULO III

O MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na sua elaboração teórica, consta tanto de elementos que tentam dar continuidade como elementos que tentam mudar o histórico dos esforços integracionistas na América Latina. De um lado, o MERCOSUL tenta dar seqüência aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pela ALALC (1960) e pela ALADI (1980), isto no plano multilateral. No plano bilateral, o MERCOSUL busca dar profundidade, em especial, às relações Brasil e Argentina, que historicamente tinham vínculos dissociados. Prova desta aproximação é a assinatura da Declaração de Iguazú (1985), do Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988). Por outro lado, a efetivação da nova ordem econômica mundial, que defende a integração regional como novo padrão de comportamento para as relações comerciais, fez com a América Latina tentasse, de forma rápida, viabilizar a integração latino-americana⁸⁴.

1 - MERCOSUL - DIRETRIZES BÁSICAS

O acordo, para a constituição de um mercado comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, denominado Tratado de Assunção, tem como objetivos básicos a criação de um mercado

⁸⁴Ministério das Relações Exteriores, Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC) - Consolidação de informações sobre o MERCOSUL, pág. 2.

comum em que haja livre circulação de pessoas, bens e serviços. Para isso estipula-se, de início, a fixação de uma tentativa de formação de uma zona de livre comércio e união aduaneira. Assim, o Tratado de Assunção possui um caráter transitório, já que somente tem aplicabilidade na primeira etapa do processo integracionista, o decorrer deste primeiro estágio para o segundo, isto é, o caminho entre a zona de livre comércio e a união aduaneira é chamado de "período de transição" e deve durar até 31/12/1994. Já na segunda metade de 1994, dever-se-á organizar uma Conferência Diplomática com a finalidade de traçar as estruturas política e econômica futura para o MERCOSUL^{e7}.

O Tratado de Assunção tenta ampliar o mercado, garantindo ganhos de escala em que existam condições igualitárias de concorrência e abertura comercial. Para isso tornar-se realidade seria necessário: a) garantir a livre circulação de fatores produtivos entre os países-membros via formação de um mercado único com alíquotas tarifárias zero e com direito de estabelecer-se firmas nos países-membros; b) estipular uma tarifa externa comum e c) harmonizar as políticas macroeconômicas regionais^{ee}.

Os meios para implementação deste processo, segundo o Ministério das Relações Exteriores^{e7}, seriam:

^{e7}Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 2.

^{ee}Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 3.

^{e7}Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 3.

a) adotar um programa de liberalização comercial, em que hajam diminuições tarifárias progressivas (a meta seria atingir a tarifa zero em 31/12/94) acompanhadas da eliminação das restrições não-tarifárias, bem como de quaisquer outras restrições comerciais ao intercâmbio dos países do MERCOSUL;

b) a harmonização das políticas macroeconômicas deve ser gradual e de forma coordenada com o programa de eliminação não - tarifária. Esta medida visa garantir que as condições de concorrência entre os países - membros sejam convergentes, bem como evitar que as possíveis disparidades nas políticas dos países signatários venham a beneficiar ou dificultar a competitividade dos bens e serviços;

c) criação de uma tarifa externa comum, com a finalidade de incentivar a competitividade externa dos países signatários, bem como garantir economias de escala;

d) criação de um Regime Geral de Origem, de um Sistema de Soluções de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguardas; e

e) constituição de listas de exceções ao programa de liberalização comercial para os produtos ditos "sensíveis", a sofrerem reduções anuais em 20% até sua total eliminação em 31/12/1994. Para o Paraguai e o Uruguai, contudo, essas listas de exceções são prorrogados os prazos para 1995 .

A integração regional no MERCOSUL deve acontecer em fases sucessivas. Em primeiro lugar, a implantação de uma zona de livre comércio e logo em seguida a concretização de uma união aduaneira. Essas mudanças de estágios do menos para o mais

integrado deverá acontecer até o prazo máximo de 31/12/94. As autoridades do MERCOSUL acham que essa meta será atingida. Para isso é necessário remover os obstáculos tanto tarifários como não-tarifários à livre circulação de bens e serviços, assim como acabar com os impecilhos protecionistas tão comuns no passado recente e ainda presente nos países signatários. O protecionismo comercial é o grande inimigo da integração regional. No plano tarifário, o Tratado de Assunção estipula tanto a redução de tarifas como a redução anual da lista de exceções. Nesta lista constam os produtos denominados "sensíveis". Já no plano não-tarifário, estão sendo afastados toda e qualquer norma que tente inviabilizar a integração, para isso foram descartadas várias medidas administrativas e normas técnicas⁹⁰.

No plano institucional o MERCOSUL evitou a criação de órgãos comunitários no período de transição. Neste período, previu-se a criação de entidades intergovernamentais em que as decisões ficariam a cargo de um consenso das autoridades dos países-membros nas reuniões periódicas do MERCOSUL⁹¹.

O MERCOSUL tem como órgão superior o Conselho do Mercado Comum, no qual participam os Chanceleres e Ministros da Economia dos Países-Membros. O órgão executivo é o Grupo Mercado Comum, composto por quatro membros titulares e quatro substitutos. Por exemplo, no Brasil os representantes do Mercado Comum são: o

⁹⁰Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 4.

⁹¹Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 4.

Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Banco Central⁷².

Uma das grandes inovações do MERCOSUL foi a criação dos órgãos técnicos, ou seja, a criação de 11 subgrupos de trabalho assim divididos⁷³:

- SGT-1 : Assuntos Comerciais;
- SGT-2 : Assuntos Aduaneiros;
- SGT-3 : Normas Técnicas;
- SGT-4 : Políticas Fiscais e Monetárias
Relacionadas com o Comércio;
- SGT-5 : Transporte Terrestre;
- SGT-6 : Transporte Marítimo;
- SGT-7 : Política Industrial e Tecnológica;
- SGT-8 : Política Agrícola;
- SGT-9 : Política Energética;
- SGT-10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas;
- SGT-11: Relações Trabalhistas, Emprego e
Seguridade Social.

Observa-se que é crescente a participação do setor privado nestes órgãos técnicos. Isto é resultado do interesse contínuo deste setor no processo de integração, visto que o desempenho inicial do MERCOSUL demonstrou a viabilidade concreta de intercâmbio comercial crescente entre estes países. Sindicatos,

⁷²Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 4.

⁷³Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 5.

empresários e outros segmentos da sociedade articulam-se para defender sua importância e participação no processo integrativo⁷⁴.

Foi criada, também, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, composta por 16 parlamentares de cada país, totalizando 64 membros. Estes devem acompanhar os trabalhos desenvolvidos para garantir a integração. Essa comissão, contudo, não pode aprovar nenhuma legislação comunitária⁷⁵.

Estas foram as diretrizes básicas do Tratado de Assunção, assinado em 1991. No entanto, foi somente ano passado, isto é, 1992, que começou o andamento no processo de integração, com a aprovação do Cronograma de Medidas. Este foi discutido na reunião do Conselho do Mercado Comum em 26-27/06/1992, em Las Leñas, República da Argentina⁷⁶.

2 - O CRONOGRAMA DE LAS LEÑAS

O documento consta de uma série de medidas necessárias para viabilizar o MERCOSUL, separados por temas e distribuídos entre os onze subgrupos de trabalho. O cronograma seria o termômetro do processo de integração, ou seja, ele mostraria a que pé estaria o

⁷⁴Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 5.

⁷⁵Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 5.

⁷⁶Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 5.

processo⁷⁷.

No Tratado de Assunção consta as diretrizes do programa de transição que, entre outras medidas, defende a harmonização das políticas econômicas nacionais. Assim, dois temas que têm estado em pauta nas reuniões das autoridades do MERCOSUL é tanto a possibilidade de coordenação das políticas industriais como a tão discutida proteção de patentes. Quanto a esta última, o SGT-7 propôs uma série de medidas, entre as quais⁷⁸ :

a) troca de listas nacionais de marcas registradas em vigor nos países do MERCOSUL;

b) rapidez nos meios apropriados de registro e coerência nos montantes das taxas cobradas;

c) coordenar as normas com relação aos registros das marcas extra-regionais;

d) criar um órgão supra-nacional com a intenção de reduzir impasses no setor industrial.

Outra questão relacionada com a política industrial, que tem sido discutida no âmbito do SGT-7, são as medidas a serem adotadas em relação à política tecnológica e à propriedade intelectual.

Neste caso, cada país-membro do MERCOSUL deve fazer um levantamento das respectivas legislações que se relacione com a transferência de tecnologia, assim como, encaminhar as formas de

⁷⁷Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 15.

⁷⁸Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 15.

apoio intelectual existente na relação entre as entidades de pesquisa e o setor produtivo⁹⁹.

Após este levantamento deve-se proceder à análise das assimetrias existentes entre os países-membros, com isso tentar-se-á identificar quais serão as medidas necessárias para a uniformização das legislações presentes em cada país. Assim, garantir-se-á proteção de direitos à propriedade intelectual. A intenção final do SGT-7 é a elaboração de um documento amplo, em que seja adotada uma política tecnológica comum compreendendo, obviamente, um tratamento regional comunitário da questão. Este documento final, segundo o SGT-7, deverá ser elaborado até março de 1994¹⁰⁰.

Outra pauta importante no Cronograma de Las Leñas foi o relacionado a Tarifa Externa Comum(TEC). Os objetivos da TEC seria tanto evitar a criação de vantagens artificiais para certos produtos ou setores de um país por meio da aplicação de distintos níveis alfandegários, como incentivar a competitividade internacional dos produtos dos países-signatários nas relações comerciais extra-regional. Para atingir esses objetivos a TEC deveria possuir as seguintes especificidades¹⁰¹:

- a) a estrutura tarifária deve possuir uma pequena

⁹⁹Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit.,pág. 16.

¹⁰⁰Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 16.

¹⁰¹Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 17.

quantidade de alíquotas com reduzida dispersão. Esta medida evitaria um grau elevado de complexidade nas relações comerciais e permitiria atingir uma determinada escala mínima da cadeia produtiva; e

b) as alíquotas diferenciadas devem crescer juntas com o nível de processamento, para que seja mantida a homogeneidade da proteção efetiva.

As medidas não-tarifárias aplicadas são únicas tanto para as relações intra-regionais, como para as extra-regionais. Entre essas, encontram-se tanto as "medidas não-tarifárias típicas" como também outras medidas que possam dificultar o comércio intra-regional, por exemplo, as demoras excessivas em trâmites aduaneiros. Com esta finalidade, tem-se trabalhado na coordenação de uma legislação aduaneira¹⁰².

As discussões que não são feitas só no âmbito do SGT-1 e SGT-2, visam a coordenação das políticas comerciais, esta se desenvolvem em torno dos seguintes assuntos¹⁰³:

a) regulamentação comum em relação a defesa contra importações que sejam propósito de "DUMPING" ou de subsídios;

b) política única de salvaguardas em relação aos países de fora do MERCOSUL;

c) regimes aduaneiros especiais (zonas francas e

¹⁰²Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 18.

¹⁰³Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 18.

de processamento de exportações);

d) sistema e meios de se promover e estimular as exportações;

e) elaboração de uma nomenclatura aduaneira comum;

f) coordenação de regras relativas a importações e exportações; e

g) harmonização de políticas macroeconômicas .

Os acordos setoriais também foram discutidos e entraram no Cronograma de Las Leñas. Esses podem ser realizados entre todo e qualquer setor industrial ou agrícola dos países-membros do MERCOSUL. Os critérios que devem orientar este acordo são¹⁰⁴:

a) otimizar a utilização e movimentação dos fatores produtivos;

b) aumentar a qualidade de bens e serviços produzidos pelos países-membros do MERCOSUL, assim como incentivar a sua competitividade em outros mercados;

c) evitar dificuldades da transição para o regime de livre circulação de bens e serviços; e

d) melhorar critérios de ordem e definições das especificidades de cada produto .

É objetivo mister dos acordos setoriais possibilitar a utilização e a mobilidade satisfatória dos fatores de produção, bem como encorajar a complementariedade entre setores produtivos

¹⁰⁴Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit.,pág. 18.

dos quatro países-membros. Assim, os acordos setoriais devem garantir a solidificação do processo de integração regional, já que formariam vínculos de interesses comuns entre produtores do mesmo setor, mas de países-membros diferentes¹⁰⁵.

O primeiro acordo setorial foi assinado entre Brasil e Argentina. O Acordo Siderúrgico tem como objetivo a coordenação do processo de integração siderúrgica da região por meio de um estímulo no processo de complementação industrial entre distintas empresas. O acordo institui algumas normas a serem adotadas para obter o desenvolvimento do processo: evitar a presença de subsídios, não impor controle de preços, dificultar o comércio "infiel" de terceiros países, apressar as reduções das listas de exceções, encorajar o avanço tecnológico e procurar ter uma ação harmônica nos organismos internacionais¹⁰⁶.

A cláusula de salvaguarda, que já estava estabelecida na ALADI, continua sendo adotada para garantir um certo resguardo das flutuações de preços. Ela aplica-se somente aos países-membros do MERCOSUL. A cláusula tenta corrigir possíveis distorções que o processo de desgravação possa incitar durante a fase de transição do MERCOSUL¹⁰⁷.

O tratamento nacional ainda é regido pelo artigo 46 do

¹⁰⁵Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 18.

¹⁰⁶Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 19.

¹⁰⁷Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 19.

Tratado de Montevideu (1980), ele determina que¹⁰⁸ :

" em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, que os produtos originários do território de um dos países-membros gozam, dos demais países-membros de tratamento não menos favorável do que se aplique a produtos similares nacionais".

Assim, traçamos como estão sendo processados os encaminhamentos da integração regional atual, isto é, o MERCOSUL. Este não trouxe uma incompatibilidade entre sua existência e a existência da ALADI. Ao contrário, " a transição rumo à um Mercado Comum exige dos países do MERCOSUL um esforço de orientação do processo produtivo, que se traduz em uma política de reconversão agrícola e de modernização industrial. Estão previstos estudos técnicos destinados a avaliar os setores sobre os quais deverão ser realizados esforços de reconversão e modernização. O objetivo primordial é a realização de ajustes internos à economia de cada país e, dessa forma, eliminar fatores que prejudiquem a competitividade"¹⁰⁹.

3 - MERCOSUL : ILUSÃO OU REALIDADE ?

Descreveu-se nas linhas anteriores, de forma sucinta, as diretrizes básicas das principais tentativas de integração

¹⁰⁸Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 19.

¹⁰⁹Ministério das Relações Exteriores, DMC - op. cit., pág. 20.

regional na América Latina. Teve-se de forma concreta três tentativas: a ALALC, ALADI e por fim, o MERCOSUL.

Como situar o MERCOSUL no processo integrativo ?

é possível afirmar-se por quais motivos a ALALC teve um fim não desejado, por que razões a ALADI, apesar de não ter sido extinta, não atingiu todos os seus objetivos estipulados. Mas, o que esperar do MERCOSUL ? São essas perguntas que tentar-se-á obter respostas.

O MERCOSUL, apesar de certas coincidências teóricas com processos anteriores, no geral, se comporta como uma forma bastante dispare das tentativas passadas. Ele pode ser definido como uma tentativa de dar uma seqüência inovada dos processos integracionistas latino americanos. Ou seja, ele é uma novidade não tão nova, já que contém mecanismos e até seqüelas da ALALC e da ALADI. O certo é que, só se pode aprender com os erros, e neste reconhecimento, o MERCOSUL se propõe a ser mais uma etapa no processo integrativo, mas não se propõe a ser a última tentativa de obter a tão aspirada integração regional.

Esta, não pensem o contrário, não é o sonho esperado de união perfeita. Como num casamento, requer perdas. Durante muito tempo a América Latina representada por seus países se negaram a se dar o mais que julgavam necessário e, por isso, entre outros motivos, retardou-se as aspirações integracionistas.

Estes custos além de uma necessidade cada vez maior de integração política, deixariam por muito tempo as autoridades nacionais temerosas da ampliação das suas decisões, isto é, da

interdependência de seus passos, das suas atitudes. Isto, foi por muito tempo, o medo das classes políticas latinas.

A primeira coisa que torna-se visível, ao ler-se as diretrizes básicas do MERCOSUL, é a tentativa de se recuperar o tempo perdido, pelo menos na teoria, com controles à abertura externa. Observou-se um empenho dos representantes de cada país-membro de facilitar nos trâmites nacionais qualquer assunto que possa bloquear, mesmo que temporariamente, as relações comerciais dos membros do MERCOSUL. Mas, esta não é a regra geral, ainda existe aquela mentalidade do empresariado tradicionalista e retrógrado que denomina a proteção da indústria nacional como um processo incubado de desenvolvimento econômico, que teria como conseqüência a posterior distribuição do crescimento para a sociedade.

Ao chamar para participar, de forma ativa, determinados segmentos da sociedade, o MERCOSUL tenta se desfazer do mito de que a integração regional é a catástrofe nacional. A criação dos subgrupos de trabalho significa uma tentativa de comprometer as sociedades nacionais para com o MERCOSUL. Além disso, há uma articulação, dentro de cada país-membro, das associações internas nacionais com a tarefa explícitas de estudar e viabilizar o MERCOSUL. Por exemplo, o governo do Paraná fundou o Núcleo MERCOSUL da Secretaria Especial do Governo do Paraná, com a finalidade de colocar o Paraná como área interessada e ativa do processo de integração da América Latina.

É incorrer num erro tentar formar expectativas sobre o

andamento futuro do MERCOSUL. Mas, o certo é que se fizermos uma comparação deste com os outros processos já existentes de integração na América Latina, então veremos inúmeros avanços, que por enquanto são só teóricos. Na prática, somente no final de 1994, data limite para o fim da primeira etapa de implantação do MERCOSUL, é que saberemos, de forma visível, os benefícios do MERCOSUL. Portanto, no momento atual, 1993, o MERCOSUL é apenas um projeto de integração regional, que esperamos no futuro seja concreto.

BIBLIOGRAFIA

- "ALALC: Reserva de mercado para os produtos brasileiros".
Revista Conjuntura Econômica, vol. 25, nº 3, março/1971.
- ALIMONDA, Héctor - O MERCOSUL: perspectivas para uma
sociedade e para a política. Indicadores Econômicos FEE,
vol. 20, nº 1, maio/1992.
- ARAÚJO JR., José Tavares - A opção por soberanias
compartidas na América Latina: o papel da economia
brasileira, IEI/UFRJ, texto para discussão nº 256, 1991.
- . A política comercial brasileira
e a integração latino-americana, IEI/UFRJ, texto para
discussão nº 233, 1990.
- . Integração econômica e
harmonização de políticas na América do Norte e no Cone
Sul. Revista de Economia Política, vol. 11, nº 2, abril-
junho/1991.
- . O programa de integração
Argentina-Brasil e as tendências atuais da economia
mundial, IEI/UFRJ, texto para discussão nº 181, 1988.
- BAUMANN, Renato - A integração do Cone Sul: mito ou
realidade?. Indicadores Econômicos FEE, vol. 20, nº 1,
maio/1992.
- BOUZAS, Roberto - A economia norte-americana e a América
Latina. Complementariedade e conflito numa fase de
crise; tradução de Maria Christina Guido; em FLASTINO,

Carlos Alberto e DOUZAS, Roberto, orgs., A América Latina e a Crise Internacional, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

BRUM, Argemiro Luís - Os blocos econômicos: a implosão do mito da liberalização do mercado mundial sob a égide do GATT?. Indicadores Econômicos FEE, vol. 19, nº 3, novembro/1991.

BURGUER, Ary - Integração regional por quê e para quê? , em SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici e BONI, Luís Alberto de, orgs., Temas de Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990.

CARDOSO, Augusto César - ALALC - resultados da XII Conferência. Revista Conjuntura Econômica, vol. 27, nº 4, abril/1973.

CASTEDO, Alberto Zelada - Os acordos do programa de integração e cooperação econômica entre Argentina e Brasil e o ordenamento jurídico da ALADI; tradução de Oswaldo da Costa e Silva, Revista de Finanças públicas, vol. XLVII, nº 371, julho-setembro/1987.

DEUTSCH, Karl Wolfgang - Análise das Relações Internacionais; tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

DOWBOK, Landislau - A crise internacional e as relações Norte-Sul. Revista de Economia Política, vol. 2, nº 6, abril-junho/1982.

- GRIFFITH-JONES, Stephany e SUNKEL, Osvaldo - O Fim de uma Ilusão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.
- HAESBAERT, Rogério - Blocos Internacionais de Poder, São Paulo, Contexto, 1990.
- HIRST, Mônica - Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil. Revista de Economia Política, vol. 8, nº 3, julho-setembro/1988.
- . Tempos e contratempos da política externa brasileira, em PLASTINO, Carlos Alberto e BOUZAS, Roberto, orgs., A América Latina e a Crise Internacional, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- INSULZA, José Miguel - Tendências do sistema internacional: notas para uma discussão, tradução de Maria Christina Guido; em PLASTINO, Carlos Alberto e BOUZAS, Roberto, orgs., A América Latina e a Crise Internacional, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- "Integração regional em face da crise econômica mundial - o caso ALALC". Revista Conjuntura Econômica, vol. 29, nº 12, dezembro/1975.
- "Intercâmbio comercial Brasil-Argentina". Revista Conjuntura Econômica, vol. 27, nº 4, abril/1973.
- LAFER, Celso - Paradoxos e Possibilidades: Estudos Sobre A Ordem Mundial e Sobre A Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- LAMPREIA, Luiz Felipe - A política externa brasileira e o

- cenário internacional Pós-Guerra Fria, Conferência do Secretário-Geral e Embaixador na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 15/março/1993.
- MACADAR, Beky Moron de e BELLO, Teresinha da Silva - A integração da América Latina: a caminho da integração. Indicadores Econômicos FEE, vol. 17, nº 4, janeiro/1990.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja B. de - MERCOSUL: desfazendo alguns mitos. Indicadores Econômicos FEE, vol. 20, nº 1, maio/1992.
- MAGARINOS, Gustavo - Perspectiva históricas e atuais da ALALC. Revista Econômica do Nordeste, vol. 9, nº 1, janeiro-março/1998.
- MAIRA, Luis - A crise de hegemonia internacional dos Estados Unidos e seu impacto para a América Latina, tradução de Maria Christina Guido; em PLASTINO, Carlos Alberto e BOLZAS, Roberto, orgs., A América Latina e a Crise Internacional, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- MARINHO, Maria do Socorro Japiassú - MERCOSUL: uma realidade virtual. Indicadores Econômicos FEE, vol. 20, nº 1, maio/1992.
- MARQUES, Renato L. R. - MERCOSUL: origens, evolução e desafios. Revista Conjuntura Econômica, vol. 45, nº 10, outubro/1991.

MELO, Valdir Ramalho de - Comércio Brasil-América Latina: panorama geral quantitativo. Revista Conjuntura Econômica, vol. 37, nº 7, julho/1980.

MENEZES, Alfredo da Mota - Do Sonho à Realidade: A Integração Econômica Latino-Americana, São Paulo, Editora Alfa-Omêga, 1990.

MICHELENA, José Agustín Silva - Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder; tradução de José Maia, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Divisão do Mercado Comum do Sul (DMC) - Consolidação de informações sobre o MERCOSUL.

NÚÑEZ, Tarson - Os impactos sociais da integração regional. Indicadores Econômicos FEE, vol. 20, nº 1, maio/1992.

OHLWEILER, Otto Alcides - Ainda sobre os blocos econômicos: conclusão. Indicadores Econômicos FEE, vol. 17, nº 3, dezembro/1989.

OLIVEIRA FILHO, Gesner José de - Aspectos do comércio mundial no Pós-Guerra e o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE) INFES/IFEA, série fac-símile nº 19, Rio de Janeiro, 1985.

SANDRONI, Paulo - Dicionário de Economia, São Paulo, Editora Best Seller, 1989.

SANTOS, Theotônio dos - Economia Mundial, Integração

Regional e Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1993.

-----, Globalização e regionalização na economia mundial. Indicadores Econômicos FEE, vol. 21, nº 1, maio/1993.

SCHWIDROWSKI, Arnin - Coordinación de políticas macroeconómicas e integración. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, nº 45, dic, 1991.

SILVA, Celso J. da - Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, PACTO ANDINO; em SEITENFUS, Vera Maria Pietzscici e BONI, Luís Alberto de, Temas de Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990.

TAVARES, Maria da Conceição - A retomada da hegemonia norte-americana, IEI/UFRIJ, texto para discussão nº 68, 1988.

TEIXEIRA, Ib - Blocos sem fronteira. Revista Conjuntura Econômica, novembro/1988.

TERUCHKIN, Sônia Unikowsky - Desafios da integração do Cone Sul. Indicadores Econômicos FEE, vol. 20, nº 1, maio/1992.

VACCHINO, Juan Mario - Momentos chaves na história da ALALC-ALADI; tradução de Hilda Badenes da Costa e Silva, Revista de Finanças Públicas, vol. XLVIII, nº 374, abril-maio-junho/1988.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes - Crise e transição: o contexto internacional das integrações regionais; em SEINTEFUS, Vera Maria Pietzscici e BONI, Luís Alberto de, Temas de Integração Latino-Americana, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1990.

ANEXO
PRODUTO NACIONAL BRUTO (EUA)
PERIODO: 1929-1950

ANO	PRODUTO NACIONAL BRUTO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PNB
1929	103,10	-
1930	90,40	-12,32
1931	75,60	-16,16
1932	68,00	-23,48
1933	55,60	-4,14
1934	65,10	17,09
1935	72,20	10,91
1936	82,50	14,26
1937	90,40	9,57
1938	84,70	-6,30
1939	90,50	6,85
1940	99,70	10,16
1941	124,50	24,67
1942	157,90	26,83
1943	191,60	21,34
1944	210,10	9,65
1945	212,00	0,90
1946	208,50	-1,65
1947	231,30	10,93
1948	257,60	11,37
1949	256,50	-0,43
1950	284,80	11,03

FONTE: The National Income and Product. Accounts of United States 1929-1965, Statistical Tables.

EXTRAÍDO: SHAPIRO, Edward - Análise Macroeconômica, 2a. edição, Sao Paulo, Atlas, 1965.